INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO RAMO DA AGROECOLOGIA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA.

Planaltina
2016

EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO RAMO DA AGROECOLOGIA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado perante Banca Examinadora do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - *Campus* Planaltina – como requisito para obtenção do Título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: Prof. *MSc*. Giorlando da Silva Santana

Planaltina

2016

Dedico este trabalho aos únicos e verdadeiros tesouros da minha vida: mamãe Maria e meus filhos Gustavo, Deborah Maria e João Vitor, que foram sempre compreensíveis para comigo, principalmente em minha ausência. Eu sempre amarei vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Allah (swt), que sempre me manteve e esteve presente em todo meu caminhar. A minha mãe, Maria José Dias, pelo exemplo de amor, carinho, respeito, honestidade e força que sempre dedicou a toda família.

Ao meu padrasto, José Martins, que me criou e ensinou o caminho correto que devia trilhar.

Aos meus queridos filhos, João Vitor, Gustavo e Deborah Maria, que sempre estiveram presentes nas horas de alegria e angústia. Obrigado por compreenderem minha ausência neste período de estudo. Todo meu esforço é por vocês.

Ao irmão de religião, Rick Pereira, pelas orações e as longas conversas e ensinamentos. "Allah é maior e está sempre conosco".

À amiga Joseny de Souza Barros, a "Jô", por ter surgido numa fase complicada de minha vida e ajudar-me a alavancar mentalmente.

Ao meu orientador, Prof. *MSc*. Giorlando da Silva Santana, pela educação, respeito, camaradagem, disponibilidade de tempo e principalmente pela sua paciência.

A todos os membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade e comprometimento.

À amiga Eliana Araújo, pela valiosa ajuda e toques importantes para confecção de meu trabalho.

À fantástica Profª Vania Pimentel, pela compreensão e ajuda nos maus momentos que passei.

Aos colegas da minha turma, pela ajuda imprescindível e pelo repasse do conteúdo das aulas perdidas.

Ao colega Eldinê Pereira dos Santos, pela sua história sofrida que me serviu como inspiração.

Aos colegas cursistas, pelas sugestões de leitura, ajuda nos trabalhos e pela respeitosa e agradável convivência.

A todos os professores do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFB/Planaltina, que me orientaram e ensinaram sobre o ser e fazer profissional, contribuindo para com a minha formação, sendo verdadeiras fontes de conhecimento.

A toda equipe administrativa do Instituto Federal de Brasília, em seu *campus* de Planaltina, pela sua compreensão e auxílio no processo de aprendizagem. Agradeço em especial ao Sr. Stênio Germano, do Registro Acadêmico, que me compreendeu e me ajudou quando deixei passar alguns prazos e pendências.

"Reunir-se é um começo, permanecer juntos é um progresso, e trabalhar juntos é um sucesso".

(Henry Ford)

RESUMO

A pesquisa ora apresentada aborda estudo de viabilidade acerca da implantação e importância de Empresa Júnior (EJr) para consultoria agroecológica no âmbito do Instituto Federal de Brasília – campus Planaltina. Para tanto, o trabalho levantou aspectos social, econômico e educacional, considerados essenciais para a formação acadêmica dos estudantes do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia e na oferta de assistência técnica aos produtores rurais e assentados da região do DF e Entorno. Tendo como objetivo geral mapear indicadores que possibilite a criação de empresa júnior e a pratica empreendedora de modo a integrar esforços e experiência de estudantes e professores do curso de Agroecologia, o estudo buscou resgatar elementos históricos da Educação Profissional e Tecnológica - EPT no Brasil e estimular o empreendedorismo no ambiente acadêmico do IFB. Enquanto trabalho de conclusão de curso, a investigação foi dividida em quatro etapas compostas por aplicação de questionários semiestruturados junto a comunidade acadêmica e pequenos produtores rurais locais, como forma de levantar opiniões sobre as vivências práticas, habilidades profissionais e conhecimento dos colaboradores sobre empresa júnior. O trabalho de natureza qualitativa e exploratória está fundamentado num vasto referencial teórico e se justifica pela adoção de uma abordagem sistêmica e abrangente do tema visando contribuir para o desenvolvimento social e econômico do DF e região. Para análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se planilha do Excel como principal instrumento de sistematização e divulgação dos resultados. Por fim, após triangulação metodológica e validação de algumas informações levantou-se como pressuposto que uma empresa júnior de assessoria agroecológica atuaria como espaço de integração entre escola e comunidade e proporcionaria alternativas para melhoria da atividade criativa e empreendedora. Sendo assim, defende-se a implantação desse empreendimento e sua utilização na orientação e desenvolvimento de projetos agroecológicos e alternativas de produção sustentável, reconhecendo que nossa pesquisa representa apenas uma contribuição ínfima nesse campo de estudo tão vasto e dinâmico.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. IFB. Agroecologia. Empresa Júnior. Universidade.

ABSTRACT

The research presented here im addresses the feasibility study on the implementation and importance of a Junior Enterprise (Ejr) consultancy in agroecology in the Federal Institute of Brasilia - campus Planaltina. Thus, the work raised social, economic and educational aspects, considered essential for the academic training of students of Technology in Agroecology course and offer technical assistance to farmers and settlers of the Distrito Federal and Surrounding area. With the overall aim to map indicators that enable the creation of a junior company and entrepreneurial practices in order to integrate efforts and experiences of students and teachers of the course of Agroecology, the study sought to rescue historical elements of Vocational and Technological Education - EFA in Brazil stimulate entrepreneurship in the academic environment of the IFB. While completion of course work, research was divided into four stages composed by applying semi-structured questionnaires to the academic community and local small farmers as a way to raise opinions on the practical experience, professional skills and knowledge of employees about junior company. The work of qualitative and exploratory nature is based on a broad theoretical framework and justified the adoption of a systematic and comprehensive approach to the subject to contribute to the social and economic development of the DF and region. For analysis and interpretation of data collected, Excel spreadsheet was used as the main instrument systematization and dissemination of results. Finally, after methodological triangulation and validation of some information arose the assumption that a junior enterprise agroecological advice would act as a space of integration between school and community and provide alternatives to improve the creative and entrepreneurial activity. Thus, the implementation of this project and its use in the guidance and development of agroecological projects and sustainable production of alternative defends itself, recognizing that our research is only a small contribution to this field of study as vast and dynamic.

Keywords: Public Policies. Education. IFB. Agroecology. Junior Enterprise. University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cidade Satélite de Planaltina-DF 43
Figura 2 – Assentamento Pequeno Willian Zona Rural Planaltina-DF 50
Figura 3 – Município de Flores de Goiás-GO 53
Figura 4 – Vão do Paranã no Nordeste do Estado de Goiás 54
Figura 5 – Cidade Satélite de Planaltina-DF 56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Qual sua atividade dentro do Campus do IFB de Planaltina-DF 44

Gráfico 2 – Você já ouviu falar de Empresa Júnior? Onde ouviu falar?..... 45

Gráfico 3 – EJr na Formação 46

Gráfico 4 – Conhecimento sobre Agroecologia 47

Gráfico 5 – Necessidade de uma EJr no IFB 48

Gráfico 6 – Contribuição da Ejr na Formação..... 48

Gráfico 7 – Perfil Social e desenvolvimento 49

Gráfico 8 – Entendimento da Agroecologia 51

Gráfico 9 – Agroecologia 55

Gráfico 10 – Conhecimento LEDOC 57

Gráfico 11 – Composição dos Entrevistados..... 59

Gráfico 12 – Conhecimento sobre Agroecologia 60

Gráfico 13 – Conhecimento sobre EJr..... 61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes Universitários
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CONAGRECO	Consultoria Junior em Agroecologia
CPLA	Campus Planaltina
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
EJr	Empresa Júnior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Educação Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
MEC	Ministério da Educação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 16

2.1 Aspectos Históricos sobre a Educação no Brasil 16

2.2 A realidade da educação profissional no Brasil 19

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O APOIO À EMPRESA JÚNIOR 22

3.1 Políticas Públicas de amparo à Educação 23

3.2 Políticas Públicas criadas para promover a Educação no Brasil 24

3.3 O Papel do IFB na formação de Novos Profissionais 26

4 A EMPRESA JÚNIOR COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA 29

4.1 Empresas Júnior no Brasil, limites e possibilidades 31

4.2 Política de Incentivo às Empresas Juniores 32

4.3 A Empresa Júnior no Campo de Agroecologia 33

4.4 Empresa Júnior na Extensão Rural 37

5 METODOLOGIA, UNIVERSO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS 39

5.1 Metodologia 39

5.2 Universo da Pesquisa 40

5.3 Coleta e Análise de Dados 42

5.3.1 Primeiro Momento da Pesquisa 42

5.3.2 Segundo Momento da Pesquisa 50

5.3.3 Terceiro Momento da Pesquisa 52

5.3.4 Quarto Momento da Pesquisa 56

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

REFERÊNCIAS 64

ANEXO A – QUESTIONÁRIOS 70

ANEXO B – FOTOS 81

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o estudo de viabilidade acerca da implantação de uma Empresa Júnior no Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Planaltina – então denominada "CONAGRECO" – Consultoria Junior em Agroecologia. A investigação apresenta uma abordagem qualitativa, onde buscou-se defender a importância, bem como a necessidade de se haver uma empresa júnior no âmbito de um Centro Universitário, na tentativa de contribuir para o aprimoramento da formação de seu corpo discente e melhorar a relação institucional entre escola e comunidade.

À luz da Lei nº 11.892/2008 e a instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais têm por finalidade e característica ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Nesse sentido, uma empresa de consultoria agroecológica teria papel importante na consolidação das políticas educacionais e de fomento às atividades agropecuárias na região, de modo a resgatar elementos históricos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

Ainda, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de se avaliar a importância da existência de uma Empresa Júnior para formação dos alunos nos cursos de modalidade superior, visando contribuir com o desenvolvimento técnico e social da localidade. Na maioria das universidades não existe apoio para a implantação desse modelo de empreendedorismo. No IFB, por exemplo, verifica-se a falta de apoio institucional e o pouco espaço que o curso de Agroecologia oferece para discussão dessa ideia.

De acordo com a Confederação Brasileira de Empresas Juniores, em seu Artigo 2º, as empresas juniores são constituídas pela união de alunos matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior, organizados em uma associação civil, com o intuito de realizar projetos e prestar serviços que contribuam para o desenvolvimento do país, e, também, formar profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo – o que é ressaltado na Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016. Sob esse enfoque, evidencia-se a viabilidade, bem como a necessidade de investigar acerca da implementação de uma Empresa Junior vinculada ao curso de Agroecologia no IFB.

A Agroecologia é o ramo da agricultura que possibilita ao trabalhador rural a implantação de novas formas de produção, respeitando o meio ambiente e a agricultura por meio de pesquisa. Na construção deste trabalho foi utilizado como metodologia as pesquisas bibliográfica, descritiva, exploratória, qualitativa e a pesquisa de campo.

De acordo com Severino (2000), a pesquisa bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos existentes sobre determinados assuntos dentro de uma área do saber, o que contribui para o desenvolvimento do presente estudo que se propõe a ser realizado, por meio das análises bibliográficas.

Conforme Danton (2002), a pesquisa descritiva abrange técnicas que o aluno utiliza para observar, registrar e analisar os fenômenos, sem manipulá-los. É muito utilizada em pesquisas sociais. Procura descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, suas características e sua relação com outros fenômenos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa exploratória constitui-se de investigações de pesquisa empírica, cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Para o presente estudo, foi utilizada a técnica qualitativa, que, de acordo com Oliveira (2011) *apud* Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Assim, o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência, buscando explicar sua origem, relações e mudanças, na tentativa de contribuir para um melhor entendimento do contexto da pesquisa e da temática investigada.

Na visão de Gil (2002), a pesquisa de campo procura identificar as características dos componentes do universo pesquisado, possibilitando a caracterização precisa de seus segmentos. Desta forma pode-se ter de uma visão mais ampla do universo da pesquisa, a fim de contribuir com o processo de identificação do campo da pesquisa.

Diante do exposto e, em observância às metodologias utilizadas no desenvolvimento do presente projeto, a pesquisa foi dividida em quatro momentos distintos, possuindo cada um, aspecto conjuntural próprio e uma compreensão específica do fenômeno estudado. Portanto, as técnicas usadas na coleta de informações e na fundamentação teórica do estudo auxiliaram por demais no enriquecimento da temática e no desenvolvimento do trabalho, permitindo, assim, uma visão mais ampla do contexto do referido estudo.

No primeiro capítulo da pesquisa foi abordado o aspecto histórico sobre a educação no Brasil, no qual foram apontados alguns momentos principais de construção ideológica. No segundo capítulo, foram abordados os aspectos formativos das políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, com ênfase às transformações que moldaram a Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica, incluindo a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB e seu papel social e econômico para o Distrito Federal e região.

No terceiro capítulo, tratou-se da empresa júnior e sua influência como política pública, destacando a importância da sua criação no âmbito do curso de Agroecologia do IFB/Planaltina.

O último capítulo dispõe acerca do percurso metodológico do trabalho, suas técnicas para coleta de dados e análises dos resultados obtidos, buscando inferir sobre a temática pesquisada e propor alternativas de implantação e funcionamento de uma empresa júnior.

2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Historicamente, a educação no Brasil é marcada por bons e maus momentos. O Estado aparentemente não dava a importância merecida para a educação no país. A Educação era direcionada para o ensino fundamental e médio, enquanto o ensino superior só existia para aqueles que tinham condições financeiras para acessá-lo.

A educação é um direito garantido por lei. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, dispõe acerca da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, desde que promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, acredita-se que as mudanças históricas que houveram no Brasil, no que se refere à educação brasileira, principalmente no nível superior, tem sido fruto de lutas populares e da intensa participação dos movimentos organizados em prol de políticas públicas justas e inclusivas.

2.1 Aspectos históricos sobre a educação no Brasil

Para muitos autores, a educação brasileira continua sendo esquecida pelo poder público. Ferreira e Brandão (2011, p.3) demonstram que no decorrer da história do Brasil, a exclusão social e também política, econômico e cultural, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo "natural" e demonstram estarem presentes, ainda, nos dias atuais. Dessa forma, fazer uma referência a este processo de exclusão não leva a um debate tranquilo. A resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda tiram proveito da exclusão social.

Dourado (2002, p.236) destaca que, no caso do Brasil, demarcado historicamente por um estado patrimonial, as arenas tradicionais do poder político sofrem alguns ajustes na direção da mercantilização das condições societárias, agravando ainda mais o horizonte das

conquistas sociais, ao transformar direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania, pelo culto às leis do mercado.

Seguindo ainda o autor, compreende-se que as lutas de classe e de poder econômico representavam a ferramenta de manipulação política do Estado por meio do capitalismo. Ainda acerca desse contexto, muitos autores viram pouca mudança no que se refere à educação no Brasil. A exemplo do Brasil colônia, a educação era um direito das elites e se baseava somente ao nível superior. Os pobres e negros daquela época não tinham direitos à educação (DOURADO. 2002, p. 236).

Conforme Saviani (2008) *apud* Mattos (1958, p.37), "(...) no Brasil a origem da instituição escolar pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas que criaram, na então colônia portuguesa, a primeira escola brasileira".

> O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759- 1827) está representado pelas "Aulas Régias" instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890). (SAVIANI.2008, p.02 *apud* MATTOS. 1958, p.37)

Ferreira e Brandão (2011, p.4) destacam que o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822) até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios. Inclusive a primeira Lei, ainda no período imperial, quando se reporta à educação, não se ateve às especificidades diretas da zona rural onde a população brasileira vivia.

Segundo Santos e Cerqueira (2009), por volta de 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados.

O exposto demonstra que a educação no Brasil tem suas raízes por meio da Igreja Católica, sendo ministrada pelos os padres jesuítas, evidenciando, aparentemente, a existência de uma luta para o melhoramento na educação brasileira que transpassou nos tempos atuais.

De acordo com as mudanças apresentadas pelos autores supracitados, pode-se perceber que o Brasil no seu contexto histórico e educacional vem passando por grandes processos de transformação, onde as políticas públicas e sociais estão aparentemente condicionadas por uma visão neoliberal e de natureza essencialmente capitalista.

Segundo Bittar e Bittar (2012, p. 2) "nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública". Ainda na visão do autor, no plano estrutural, o país passava por uma transição caracterizada pela aceleração do modo capitalista de produção, o que ocasionou transformações superestruturais, notadamente no aparelho escolar. Em termos políticos, o período está compreendido entre dois processos vinculados à transição de um modelo econômico agrário-exportador para industrial-urbano: a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964.

A análise de Bergozza (2008, p.256) *apud* Souza (2008) considera que a institucionalização da escola pública primária no Brasil, no início do século XX, ocorreu por um processo de múltiplas diferenciações, incluindo os critérios de seleção escolar que eram rígidos e reveladores de contradições: seria uma educação voltada para o povo, mas altamente hierarquizada e excludente. No entanto, as Escolas Normais tiveram um papel determinante na formação do magistério primário de acordo com os ideais da escola republicana e da moderna pedagogia.

Conforme Friedrich *et al* (2010), a criação do Plano Nacional de Educação, instituído na Constituição de 1934, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se a praticamente todos os setores sociais.

Nesta conjuntura, verifica-se que muitas alterações ocorrem na educação no Brasil, trazendo grandes transformações por meio das políticas públicas voltadas para o ensino no país. Saviani (2008, p.6), por sua vez, destaca que em 1928, no âmbito da Reforma Fernando de Azevedo, introduziu-se no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro a disciplina "História da Educação" que, em 1932, na nova reforma dirigida por Anísio Teixeira, assumiu a denominação de "Filosofia e História da Educação".

De acordo com Franco (2008, p.55), é fundamental democratizar a expansão do ensino superior para que se possa acenar com melhor continuidade do processo formativo da população brasileira, como em outros países, e, para que tal proposição se concretize, o papel do Estado em ampliar recursos é primordial, dado que se trata de investimento social justo e necessário.

O autor destaca ainda que o currículo do curso de Pedagogia, criado em 1939, também contemplou "História da Educação" como uma de suas disciplinas. Em 1946, com a aprovação do Decreto conhecido como "Lei Orgânica do Ensino Normal", este ensino foi estruturado em âmbito nacional, com um currículo que albergava uma disciplina denominada "História e Filosofia da Educação. Portanto, todo este processo contribuiu para a criação dos cursos superiores, em nível nacional, trazendo mudanças na educação, pois ainda neste período nem todos os brasileiros tinham acesso aos cursos universitários.

2.2 A realidade da educação profissional no Brasil

As mudanças abordadas anteriormente demonstram importância fundamental para a população brasileira, mas não foi suficiente para uma mudança total ou que permitisse a todos os brasileiros o acesso à educação gratuita e de boa qualidade. Segundo a análise de Ferreira e Brandão (2011), a educação entrou em processo de universalização para atender as novas necessidades da economia em curso. As escolas, agora escolas públicas, também destinadas aos pobres, e à classe trabalhadora, elas passaram a ter como finalidade a formação de técnicos para a indústria. A partir desta década, muitas escolas situadas nas áreas rurais começaram a ser desativadas e seus prédios abandonados.

> Na prática, a escola no Brasil historicamente produziu um quadro de exclusão das camadas baixas da sociedade. Além de a escola da segunda metade do século XX ser excludente, não se tornou uma instituição democrática. Ela não é acessível a todas as classes sociais. Exige, portanto, que eles (os alunos) percebam o sentido de suas atividades e respondam a suas demandas no qual demonstra que é uma instituição burguesa, pois opera um modelo elitista ajustado apenas à realidade das classes privilegiadas (FERREIRA E BRANDÃO.2011, p.7 *apud* CASTRO. 2003, p. 29).

Conforme Costa e Rauber (2009, p.248) *apud* Rauber (2008, p.65), "entre os anos 40 e 70 pode-se verificar a criação das universidades federais em quase todos os Estados brasileiros, merecendo destaque os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com mais de uma universidade criada". Os autores mostram que esse período marcou a descentralização do ensino superior e a regionalização do mesmo. "O período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Nesse período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações".

Ressalta-se que a primeira universidade surgida no Brasil foi a de Salvador, criada em 1808, onde era ofertado o curso de Cirurgia do Hospital Real de Salvador, conforme Santos (2005). De acordo Silva e Ourique (2012. p.45), os cursos superiores criados no país neste período, não eram acessíveis à toda a sociedade, pois os alunos que frequentavam as

universidades eram das classes dominantes da época, que se diferem do seu objetivo como uma instituição de ensino superior.

Para os mencionados autores, as estruturas institucionais da universidade foram formadas por um espírito objetivo que balizou a constituição da diversidade de corporações profissionais, no sentido de compreender cientificamente a pluralidade das manifestações naturais e sociais; por outro, sua consciência corporativa advém justamente da forma como eram organizados os processos de aprendizagem científicos e sua inserção nos modos de vida.

> Esta dialética imanente entre o campo científico e o campo social que configura a universidade é o ponto de partida para qualquer processo de avaliação e/ou transformação da educação superior, seja sob o critério da sustentabilidade, seja sob o da responsabilidade ou da pertinência social. [...] No entendimento dos autores, os centros universitários foram criados para contribuir no desenvolvimento cultura e social das pessoas, através do ensino superior. Sendo o Brasil um spaís capitalista, que tem mãos de obra baratas e não qualificadas, o ensino superior veio para mudar este quadro, juntamente com as especializações técnicas que acompanham este processo. (SILVA E OURIQUE.2012, p.3)

Neste contexto, na visão de Costa e Rauber (2009, p.247), o ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios de conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorre enfim, para a educação do indivíduo e da coletividade, para harmonia de objetivos entre professores e estudantes e para o aproveitamento de todas as atividades universitárias, a grandeza da Nação e o aperfeiçoamento da humanidade.

Ainda considerando a visão dos autores, compreendemos que nesta conjuntura, os centros universitários brasileiros surgiram para contribuir no desenvolvimento cultural e social da sociedade brasileira, combatendo, assim, as desigualdades por meio do conhecimento adquirido através dos estudos, dando um esclarecimento e consciência política aos cidadãos brasileiros.

De acordo com Speller.; *et al* (2012, p.15), essa discussão tem revelado a necessidade de gerar mudanças para construir sistemas e instituições que promovam a equidade e a ampliação dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo em que mantenham a qualidade da formação. Nessa perspectiva, têm sido indicadas como estratégias a ampliação das redes acadêmicas, bem como a construção de novos modelos e possibilidades de

aprendizagem, pesquisa e inovação, a fim de que as IESs[1] atuem com maior sentido e pertinência social.

Na visão de Dourado (2002, p.240), é fundamental não perdermos de vista que alterações substantivas têm sido efetivadas na agenda da educação superior no Brasil na esteira desses preceitos, a despeito de mobilizações expressivas da sociedade civil organizada. Para muitos autores como Saviane (1999), Gadotte, as maiores mudanças feitas no campo universitário foram realizadas no período da década de 40 para 70, no qual houve a maior criação de universidade no país, que foi um marco no período do governo de Getúlio Vagas, quando foram criados campos universitários em diversos estados brasileiros, marcando a descentralização das universidades no Brasil.

Costa e Rauber (2009, p.248) *apud* Fávero (2006) destacam que, durante o período da Era Vargas, mais precisamente no período pós 1945, o que se observa nos processos de institucionalização universitária e do ensino superior no país, são importantes tentativas de luta pela autonomia universitária, tanto interna como externa, acompanhada pela expansão das universidades pelo território nacional, que multiplicavam-se em uma velocidade extraordinária, seguindo o ritmo do desenvolvimento do país, provocado pelo processo de industrialização, e preocupado, entretanto, prioritariamente, com a formação profissional com ênfase para a pesquisa e à produção de conhecimentos.

Diante do exposto, verificam-se os avanços surgidos com o passar dos anos, marcados por embates que visavam à adoção de uma educação superior de qualidade, bem como apresenta-se o surgimento de novas ideologias no que se refere aos *campus* universitários, culminando, também, com a apresentação de uma nova realidade da educação nas Instituições de Educação Superior.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), estas transformações foram marcadas principalmente no período entre 1985 e 1990, quando aumentou-se em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49. Essa multiplicação não foi positiva para o ensino como um todo e nem para a clientela que dela fazia uso.

> Destacam-se ainda nesse período, as lutas travadas no interior das instituições, onde a organização sindical dos docentes universitários, que deu origem à Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), assumiu um papel importante. A ANDES, em tese, substituiu o movimento estudantil, resgatando bandeiras de lutas pela democratização da e na educação superior. Essa entidade atuava basicamente no setor púbico e surgiu das marcas profundas que a repressão militar deixou nos que à combateram no período autoritário. Na agenda da ANDES, os temas prioritários eram autonomia e democratização, traduzidas em participação de

[1] Segundo Speller (2012) IES – significa Instituições de Educação Superior (IES).

> docentes e de discentes na gestão da universidade, por meio de mecanismos de representação. (SANTOS E CERQUEIRA.2009, p.7)

Através de uma visão neoliberal, o autor destaca ainda que por causa destes movimentos surgiu A Lei de Diretrizes e Bases LDB[2], em dezembro de 1996, incorporando inovações como a explicitação dos variados tipos de IESs admitidos. Por universidade, se definiu a instituição que articulasse ensino e pesquisa.

Nestas mudanças destes cenários, a nível nacional, no qual a visão dos cursos superiores foram mudando, de acordo com o avanço tecnológicos, ampliou-se, também, a busca no mercado por profissionais cada vez mais qualificados, requerendo, assim, diplomas de níveis superiores mais qualificados.

Porto e Régnier (2003, p.21) demonstram que as universidades do século XXI serão consideradas, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea.

Neste contexto, embora seus papéis tradicionais (ensino, pesquisa e extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão significativamente.

Pode-se observar grandes transformações nas instituições universitárias por meios de mudanças no ensino superior e técnicos. Estas transformações aumentaram as demandas das universidades, surgindo novas ferramentas de estudos, trazendo, assim, as Empresas Júniores aos campi universitários.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Na concepção dos autores anteriormente referenciados, demonstra-se em seus estudos que a educação é a maior ferramenta para o desenvolvimento social e cultural de um país, pois o conhecimento possibilita o crescimento de uma pessoa. A educação no Brasil é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer, em seu Artigo nº 203, que a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com

---

[2] Segundo Santos e Cerqueira (2009) A nova Lei fixou a obrigatoriedade do recredenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. Se para as instituições públicas pouco ou nada afetou a implantação da nova Lei, para o setor privado representou uma ameaça de perda de status e autonomia. Foi neste contexto que se criou o Exame Nacional dos Cursos, o conhecido Provão, que, a princípio, encontrou fortes resistências entre as instituições privadas e de alunos e professores do setor público. Com os primeiros resultados, ganhou em parte a simpatia das instituições do setor público, já que os cursos mais bem classificados a elas estavam vinculados. O Provão foi severamente criticado pela forma propagandística como seus resultados foram divulgados pelo MEC.

a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, em seu preparo o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesta visão, compreende-se que o Estado tem o dever de criar políticas públicas que possibilitem ao cidadão o estudo em todos os períodos do processo de aprendizado. Sob esse enfoque, a presente pesquisa tratará, neste capítulo, acerca das políticas existentes que garantam os direitos da população, no que diz respeito à educação e ao apoio à Empresa Junior.

3.1 Políticas públicas de amparo à educação

Compreende-se que a Educação faz parte do desenvolvimento do indivíduo, pois possibilita ao mesmo se desenvolver nas áreas econômica, social e cultural. Por isso, é de suma importância a existência de políticas públicas que possibilitem este processo. Lopes e Amaral (2008, p.5) afirmam que "as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público". Para Augusto (1989, p.2), a expressão "política pública", refere-se à intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social, na qual se atribuí força transformadora bem menor. Neste sentido, traduzido de maneira mais realista, as possibilidades e os limites da intervenção estatal, evidencia-se, segundo os autores envolvidos na elaboração e na legislação das políticas públicas instituídas, consideradas normas e regras definidas pelo Estado, com a finalidade de prover e manter o seu controle, social econômico e político em prol do interesse público e do desenvolvimento do país.

Para Teixeira (2002, p.5), as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizações de interesses. Compreendem a formação de uma agenda que pode refletir, ou não, os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir, e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender a composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder. Concluímos, então, que a importância das políticas públicas no desenvolvimento de um país, em todos os seus setores governamentais e estatais, simboliza uma arena de disputa gigantesca e contínua.

3.2 Políticas públicas criadas para promover a educação no Brasil

Como apresenta-se nesta pesquisa, as políticas públicas no Brasil existem para promover o bem maior de uma população, a partir de medidas e projetos públicos e sociais que possibilitem o seu desenvolvimento.

> As políticas educacionais, de forma geral, caracterizaram-se pelo sentido de democratização da Educação, voltando-se para ampliação do acesso à educação básica, sendo que, no entanto, até a década de 90, apenas uma pequena parcela da população possuía acesso aos graus mais elevados de ensino. Nesta mesma década surgem as políticas de "educação para todos" que se estendem até os dias atuais. (SANTOS, 2012, p.9)
>
> As políticas públicas destinadas a educação, tem como função a manutenção e perpetuação das relações de poder e dominação existentes. Surge, assim, a necessidade de se estudar em que medida as políticas públicas em educação, apresentam semelhanças e diferenças em relação a esse exposto. (NETO, 2002, p.9)
>
> E inserido neste contexto de rearranjo e implementação de novas políticas públicas de financiamento da educação, temos a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), fundo este que tem chamado a atenção da sociedade em função do volume de recursos movimentados por este e pelas propostas que visa alcançar. (NETO. 2002, p.9)

Neste contexto, compreende-se que as políticas públicas da educação eram voltadas para o ensino fundamental, com a necessidade de se criarem escolas públicas somente para os ensinos de base. Com o decorrer das décadas, no entanto, este cenário foi mudando e as políticas para educação foram voltadas também para o ensino médio, técnico e superior, por meio de uma reforma na educação.

Para Schneckenberg (2000, p.116) *apud* Martins (1993, p.10), a política educacional atua sobre a educação, mas não tem o domínio sobre ela, pois a educação como prática social ultrapassa a escola e consequentemente atua e interfere nesta, já que sua implementação dependerá das relações estabelecidas no cotidiano escolar.

> A política educacional é capaz de projetar, de pensar e de definir a formação das pessoas de que a sociedade necessita. Seus objetivos é que definirão a sociedade que se está buscando e o ser humano que a compõe. A política educacional canaliza a educação para determinados fins específicos, ou seja, "...a política educacional é carregada de intenções, e são justamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional. Aprendendo a ler as intenções de uma política educacional, você se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela predomina. (SCHNECKENBERG, 2000, p.116) *apud* (MARTINS, 1993, p.10)

Neste cenário, no Brasil, em 20 dezembro de 1996, foi criada a Lei de nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu Artigo 1º, define-se que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais em seu §1º e § 2º, destaca que a Lei disciplina a educação escolar, se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, e a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

No que se refere à educação superior e técnica, a Lei de Diretrizes e Bases aponta em seus Artigos 39 e 43, que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Ainda com relação aos cursos superiores, os mesmos têm por finalidade:

1. Cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
2. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases representa um avanço no contexto histórico e educacional do Brasil e demonstra a importância da educação em todos os seus níveis: básico, médio e superior.

A política pública para educação no Brasil, na atualidade, tem como meta a educação em todos os seus níveis, o que permite aos alunos uma oportunidade de ter uma educação de qualidade. Pois, mesmo considerada política pública, a educação tem pouco a comorar e menos ainda a promover a transformação sócio cultural que almejamos. O Programa Universidade para Todos – PROUNI – é um exemplo de novas políticas que incentivam aos ex-alunos a voltarem à sala de aula.

Oliveira e Pinto (2009) apontam que as políticas educacionais realizadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da gestão do Ministro da Educação Tarso Genro, que tinha como secretário executivo o ministro Fernando Haddad, que implantou o PROUNI, as

ações começaram a ser reconduzidas, sendo possível, nessa gestão, a implantação de políticas tanto de médio quanto de longo prazo, em um movimento que sinalizava algumas rupturas.

Pinto (2009) ressalta que o PROUNI, lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas. São concedidas bolsas parciais para os estudantes cuja renda familiar, por pessoa, seja de até três salários mínimos, e bolsas integrais para aquelas cuja renda familiar é inferior a um salário e meio.

De acordo com a Cartilha da Lei de Diretrizes e Bases de Educação (2010, p.84), foi criada também em 6 de fevereiro de 2006, a Lei de nº 11.273, que autoriza a concessão de bolsa de estudos e pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada a professores para a educação básica.

Nesta concepção, compreende-se que as políticas públicas para a educação diferem grandes avanços por parte do governo, para aumentar a qualidade do ensino no Brasil, por meio de programas de incentivo à educação tanto para os alunos como para os profissionais da área, como o programa de incentivo as Empresas Júniores dentro dos campi universitários.

3.3 O papel do IFB na formação de novos profissionais

Entre inúmeras instituições de ensino no Brasil, uma que se faz presente na capacitação de muitos profissionais para o mercado de trabalho da contemporaneidade é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. Ofertando cursos de formação profissional, dentre eles o Tecnólogo em Agroecologia, na modalidade superior, o IFB foi criado através Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino e vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), autarquia ligada ao Ministério da Educação. De acordo com Silva *et al* (2009, p.7) "as instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, grande parte, das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas pelo decreto presidencial (...)".

O supracitado decreto (Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909), em sua essência, dispõe que a redução das desigualdades sociais é dever do estado e que através de uma inclusão dos desfavorecidos ao ensino técnico profissionalizante viria a reduzir essas desigualdades.

> [...] Considerando: que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletarias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo technico e intellectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade

> ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação: (BRASIL, 1909)

Com a criação das Escolas de Aprendizes Ártifices aboliu-se o ensino profissional de forma empírica como eram antes ministrados, passando assim a serem ministradas de uma forma mais racionalizada, porém sempre levando em conta as condições e as relações de cada localidade com o poder central.

No entendimento do autor, em 1942, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias. Ao longo desse mesmo tempo, constitui-se uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura, tornando-se escolas agrícolas. Durante a década de 90, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se Cefet, formando a base do sistema nacional de educação tecnológica, instituído em 1994. Em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais. (SILVA *et al.* 2009, p.7).

Conforme o contexto histórico, os Institutos Federais foram criados para dar suporte à agricultura, tendo como princípio básico a formação de trabalhadores qualificados para trabalhar nesta área, nos campos técnicos e de pesquisa.

Para Gomes (2011, p. 32) "o conhecimento tradicional, na agricultura familiar, depende de reprodução em dois sentidos: do surgimento de novas pessoas e do aprendizado sobre o modo de reprodução que as caracteriza".

> Ou seja, sua circulação depende do contato direto entre os atores sociais, num contexto histórico e cultural. Fenômenos como êxodo ou diáspora, quando ocorrem, provocam também uma ruptura, ao interromper o ciclo. Isso também é o que tempo corrido pelo processo de invasão cultural e lavagem cerebral, impostas pela ideologia da civilização urbana industrial, baseada em duas premissas falsas: superioridade dos técnicos e pesquisadores sobre a cultura rural (atrasada) e a ideia de que a ciência representa a única forma de conhecimento válido, transformada em ideologia e mecanismo de dominação. (GOMES, 2011, p.32).

Neste cenário, A RFEPT, por meio dos institutos, foi se adequando para atender a este público alvo, preparando os profissionais para dar orientação e suporte técnico tanto aos trabalhadores da área rural quanto aos profissionais advindos de outras áreas de conhecimento. De acordo com o Art.1° da Lei n° 11.892\08, os Institutos Federais (IF) possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (SILVA *et al,* 2009, p.13).

Nesta conjuntura, surgiu o Instituto Federal de Brasília, criado em 25 de outubro de 2007, por meio da Lei de nº 11.534, que instituiu a Escola Técnica Federal de Brasília, a partir da incorporação e federalização do Colégio Agrícola de Planaltina, doravante denominado de Unidade Agrotécnica de Ensino de Planaltina, e com o projeto de construção de mais quatro unidades de ensino: Brasília, Taguatinga, Samambaia e Gama. Foi atribuído ao CEFET/GO, pela Portaria Normativa/MEC nº 28, de 13/07/07 (DOU de 16/07/07), o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal de Brasília e promover os atos de gestão. (Informativo on-line do Instituto Federal de Brasil .2013 S/P).

Por meio deste processo, foram criados outros campi do Instituto Federal, como em Brasília, Gama, Taguatinga e Samambaia. Conforme o Informativo on-line do instituto, em 2010, mesmo com a Reitoria e quatro campi funcionando em sede provisória, foi possível conciliar a construção dos prédios das futuras instalações desses novos campi do IFB à construção do Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

> Todos os campi ofereceram cursos técnicos de nível médio, tendo sido criados quatro cursos técnicos subsequentes e um concomitante. Sendo oferecidos, ainda, dois cursos técnicos integrados ao ensino médio. Quanto aos cursos superiores, tiveram início os cursos de Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Dança, respectivamente no primeiro e no segundo semestre, além das pós-graduações lato sensu em Educação Profissional, iniciada no primeiro semestre de 2010, e em PROEJA, em andamento desde 2009, em parceria com a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. No que se refere à formação de trabalhadores, foram oferecidos mais de quarenta novos cursos de formação inicial e continuada, que foram ampliadas em 2011). (Informativo On-Line do Instituto Federal de Brasília. 2013.S/P)

As políticas educacionais no Brasil, sempre foram alvo de disputa das grandes corporações e do capital estrangeiro, sobretudo no que se refere ao financiamento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. Paradoxalmente, a luta por melhoria de vida e maior qualidade no sistema educacional brasileiro geram disputa no âmbito das classes sociais, onde os melhores e mais bem remunerados cargos ofertados no mercado de trabalho exigem alto nível de qualificação técnica e intelectual. Isso torna o processo de formação competitivo e muito desigual, visto que as escolas públicas que oferecem cursos profissionalizantes o fazem apenas como rotina para formação de um exército reserva de mão de obra.

4 A EMPRESA JÚNIOR COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Rafael e Oliveira (2012, p.62) *apud* Matos (1997, p. 27), a empresa júnior[3] é uma organização sem fins lucrativos, gerida por estudantes de graduação, ou seja, uma organização ligada a uma Instituição de Ensino Superior. Na empresa júnior, os alunos aplicam, na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. O autor postula que "os estudantes prestam serviços e desenvolvem projetos para empresas, entidades e para a sociedade em geral nas suas áreas de atuação, com o auxílio e supervisão de professores". Sendo assim, consideramos EJr uma organização empresarial que se funda nas políticas públicas, sobretudo nas políticas educacionais.

Até aqui, pôde-se observar grandes transformações no que diz respeito à educação profissional e tecnológica enquanto modalidade de ensino superior, visto que as instituições públicas que atuam nesse campo, enfrentam inúmeros problemas de ordem financeira, gerencial e até mesmo estrutural, exigindo de professores e estudantes esforços redobrados para formar e qualificar mão de obra em muitas áreas profissionais. Na visão de Tarôco e Falco (2014), "ao participar de uma empresa júnior o estudante tende a enriquecedor e consolidar sua formação acadêmica e capacitação profissional, pois, tal processo funciona como uma complementação do que é transmitido na sala de aula. Além disso, através das atividades desenvolvidas é possível uma aproximação com o mercado de trabalho, aumentando assim seus conhecimentos e estimulando o desenvolvimento de habilidades e competências. Ao orientar os alunos e estimular o aprendizado também fora da sala de aula, o professor inverte o modelo de ensino verticalizado, promovendo a troca de saberes contínua, estreitando a relação entre a teoria e a prática, prática consciente e não apenas automática, pois o aluno conhece aquilo que está fazendo (TARÔCO E FALCO. 2014, p.93).

De acordo com Rafael e Oliveira (2012, p.63), o surgimento da Empresa Júnior no Brasil está relacionado ao momento político do país, à abertura política, e à redemocratização após 20 anos de ditadura militar. Esta política de democratização está expressa na Constituição de 1988 e implica modificações em vários setores da sociedade. Em relação à educação superior, começou-se a instituir a preocupação com os vínculos entre universidade e

---

[3] De acordo Rafael e Oliveira (2012) *apud* Britto (2008, pp.19-20) a empresa júnior surgiu na França, em 1967, na ESSEC (L'Ecole Supérieure dês Sciences Economiques et Commerciales de París) tendo como principal função contribuir com a prática profissional do estudante universitário (Matos, 1997). Diz que "a ideia de empresa júnior foi trazida ao Brasil em 1987 pela Câmara de Comércio França-Brasil, que publicou anúncios na mídia, convocando jovens interessados em implantar o conceito da faculdade no país". O autor afirma que: [...] as três primeiras empresas juniores brasileiras a serem criadas foram a Empresa Júnior da Fundação Getúlio Vargas – FGV; a Júnior da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP; e a Júnior Poli Estudos, na Escola Politécnica da universidade de São Paulo – USP.

comunidade, o que favoreceu a afirmação da Empresa Júnior como espaço importante de ensino, extensão e pesquisa nas instituições de ensino superior.

Compreende-se que a Empresa Junior, dentro dos campi universitários, contribui no aprendizado dos discentes e no aprimoramento do docente, auxilia no desenvolvimento social da comunidade local, permitindo, assim, uma oportunidade única de enriquecimento profissional para aqueles que buscam formação nas universidades ou instituto federais. De acordo com Bonfiglio (2006), a Empresa Júnior pode ser interpretada como um espaço aberto para graduandos adquirirem experiência profissional e pessoal, visto que, uma vez atuando na EJr, o aluno possui liberdade para elaboração e execução de projetos sugeridos pela própria comunidade acadêmica, ou aqueles trazidos pelas necessidades do mercado.

Segundo Silva*; et al* (2009, p.1), o aluno terá a possibilidade de estabelecer uma relação entre teoria e prática, de desenvolver seu espírito crítico, analítico e empreendedor e de aperfeiçoar sua postura profissional através do relacionamento com clientes, equipes de trabalho e planos estratégicos. Além desses benefícios na formação do estudante, a EJr irá contribuir com a sociedade por meio da prestação de serviços, os quais proporcionam, especialmente ao micro e pequeno empresário, um serviço de qualidade a preços acessíveis, aumentando também a visibilidade das universidades no mercado de trabalho.

Conforme Cavalcanti *et al* (2009, p.7) "a ação Júnior vem transformando estudantes em profissionais com a aplicação prática de conhecimentos teóricos e desenvolvendo o espírito crítico e empreendedor do aluno, facilitando seu ingresso no mercado".

> De acordo ainda com o autor a empresa júnior tem a finalidade de ser um primeiro ambiente de aprendizado que possibilite ao estudante aproximar o saber do saber fazer, preparando-os ao exercício profissional. Com isso, espera-se que após participar de uma empresa júnior o acadêmico adquira experiência profissional e consiga se posicionar no mercado de trabalho, através de estágios, empregos e empreendendo. (CAVALCANTI.; *et al*. 2009, p.7 e 10)

Ainda segundo Bonfiglio (2006, p. 53), existem, no Brasil, milhares de instituições que utilizam a Empresa Júnior como uma "engrenagem" adicional para potencializar o crescimento no mercado. Impulsionadas pelo sucesso em outros países, a EJr vem incluindo na grade curricular elementos que possibilitem aos alunos enfrentar problemas reais da profissão – uma grande parcela das escolas investiu no modelo.

Com base neste contexto, apresenta-se uma nova realidade para a formação de novos profissionais, por meio das empresas juniores, que auxilia a teoria por meio da prática, despertando uma consciência profissional e crítica naqueles que se encontram dentro das

academias universitárias. No campo da Agroecologia esta experiência se faz necessária pois os alunos têm um contanto direto com a comunidade.

4.1 Empresa Júnior no Brasil, limites e possibilidades

Nesta perspectiva, os autores mostram que a existência de uma empresa júnior em um centro universitário vem contribuindo com a formação dos seus alunos em diversas áreas do conhecimento acadêmico, no qual tem sua importância no aspecto político e social do país.

De acordo com Rafael e Oliveira (2012, p.64), mediante e realização de projetos e serviços à comunidade, a EJr possibilita aos alunos o desenvolvimento acadêmico e o contato profissional com o mercado, além de servir como *feedback* para instituição dos conhecimentos teóricos aplicados em sala de aula. Segundo os autores, as empresas júnior possibilitam um maior contato do aluno com a sociedade, o que favorece o desenvolvimento social, cultural e político, da instituição e da comunidade por ela atendida.

Conforme Tarôco e Falco (2014, p.91), o conceito de extensão universitária se refere à relação direta entre a comunidade interna de uma Instituição de Ensino Superior e a comunidade externa que, juntamente com o ensino e a pesquisa formam os pilares da educação superior. Acredita-se que a relação entre as comunidades deve servir para a transformação da realidade social, colocando a universidade não apenas como uma instituição formadora de profissionais, mas como um agente transformador da sociedade na qual está inserida.

Na visão de Loyola (2013, p.9), os alunos que fazem parte de uma Empresa Júnior têm seus valores e crenças modificadas, pois possibilitam que cada indivíduo tenha uma interpretação de um determinado fenômeno e consequentemente internalize um conhecimento diferente de outra pessoa. Esse fato pode ter um grande impacto no cenário organizacional. Os líderes ditam o ritmo de empresa de acordo com as interpretações dos resultados ao longo da gestão e podem direcionar a forma com que cada colaborador interprete as observações do dia a dia.

Nesta conjuntura, demonstra-se a importância dos acadêmicos na participação de uma empresa júnior, o que contribui no seu desenvolvimento profissional por meio da práxis juntamente com a teoria, aumentando sua área de conhecimento e contribuindo ao mesmo tempo com o desenvolvimento social, através de uma visão política e social do meio que se encontra. Possibilitando, também, uma melhor integração entra a comunidade na qual o acadêmico esteja inserido, por meio do relacionamento entre aluno, professor e comunidade.

Nesta concepção, mostra-se a importância de uma Empresa Júnior no curso de Agroecologia, no sentido de aumentar a relação entre a comunidade rural por meio dos alunos.

4.2 Política de Incentivo às Empresas Júniores

Conforme o cenário das políticas pública no Brasil, a "Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016, que disciplina criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior, em seu art. 2º Considera-se empresa júnior a entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho".

No que se refere às empresas juniores, na educação superior e técnica, a Lei 13.267 de Criação e Funcionamento junto as IES, aponta em seu Artigo 5, que a empresa júnior no âmbito do desenvolvimento educação profissional do associado e do setor por ela assistido, no cumprimento desses objetivos tem por finalidade:

> IV – melhorar as condições de aprendizado em nível superior, mediante a aplicação da teoria dada em sala de aula na prática do mercado de trabalho no âmbito dessa atividade de extensão;
> VII – promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade ao mesmo tempo em que fomenta o empreendedorismo de seus associados.

A implementação nos últimos anos nas IES (Instituições de Ensino Superior) de cursos voltados para o empreendedorismo, inserindo assim seus educandos para essa prática tão importante para o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como, para o desenvolvimento do país, se justifica pela crescente conscientização de que uma boa formação acadêmica e uma qualificação profissional ímpar, bem como tenderá a facilitar a competitividade na atual conjectura. Nesse item, destaca-se o papel do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Micro Empresa), com ações que tendem não só a apoiar, mas também alavancar as atuações empreendedoras da Empresa Junior (EJr), bem como as ações empreendedoras individuais dos estudantes do ensino superior.

> O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é um serviço social autônomo que auxilia o desenvolvimento de pequenos negócios, estimulando o empreendedorismo no país. O fomento à atividade empreendedora faz parte do DNA e da missão do Sebrae.(SEBRAE,2012)

Ações como o "Programa Nacional de Educação Empreendedora" para o ensino superior, e o "Desafio Universitário Empreendedor", fomentam o empreendedorismo nas IES (Instituições de Ensino Superior), provocando assim, os estudantes matriculados nas diversas instituições de ensino superior públicas ou privadas do país a fomentar um construtivo auto desenvolvimento, que traga benefícios não só para si próprio, como também para um bem comum. Os estudantes de cursos superiores estão atentos para situação atual do mercado, sabem que a competição em busca de uma oportunidade está muito acirrada, e também sabem que ter um diferencial que possibilite facilidades na competição é crucial para obter o sucesso, para o desenvolvimento de uma carreira são necessárias a busca de formas de se capacitar e certas aptidões e habilidades específicas.

Compreende-se que as Empresas Júniores, dentro dos centros universitários, têm uma grande contribuição no desenvolvimento social, pois possibilitam uma melhoria social por meio de pesquisa e assessoria, prestados pelos alunos para a população local, no qual se encontram inseridos.

> Empresa Júnior é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida exclusivamente por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, nas suas áreas de atuação, sob a orientação de professores e profissionais especializados. A Empresa Júnior tem a natureza de uma empresa real, com diretoria executiva, conselho de administração, estatuto e regimentos próprios. Com uma gestão autônoma em relação à direção da faculdade, centro acadêmico ou qualquer outra entidade acadêmica (SILVA. 2012, p.19).

Segundo Cirqueira (2008, p.13), a estrutura organizacional da Instituição uma diretoria específica que é responsável pelas políticas financeiras da organização. Em parceria com a diretoria contábil, a diretoria financeira executa seu plano e gestão de captação de recursos, controle e aquisição de ativos e passivos e cobrança dos clientes e usuários dos serviços da empresa, conforme diretrizes do planejamento estratégico definido e o aval da presidência da Instituição, quando executada movimentação de grandes valores.

Neste cenário, demonstra-se que apesar da outrora falta de apoio governamental, as empresas júniores têm adquirido toda uma estrutura legal para poderem manter-se em funcionamento dentro dos campi universitários.

4.3 A Empresa Junior no campo da Agroecologia

Como a agroecologia é um setor emergente do agronegócio brasileiro, Guilhoto;*et al* (2006), atem se aí ao "agronegócio familiar", diferentemente do agronegócio patronal ou

agronegócio produtivista, em que é controlado por grandes corporações e latifundiários, onde apenas a produtividade e geração de renda importa, e as questões ambientais e de bem estar humano são deixadas de lado. O agronegócio familiar procura ser sustentável e eficaz principalmente nas questões sociais.

> [...] cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro é atribuído à produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares, cabendo observar, ademais, que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada vem sendo bastante positivo, superando, inclusive, as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal (GUILHOTO. 2006, p.827).

O autor traz dados oficiais do Agronegócio Familiar no Brasil, e é cada vez mais crescente e as contribuições para o país são indispensáveis, tendo como definição sobre agronegócio, tendo sido traduzido do *agrobusiness* estadunidense, em que engloba todos os segmentos da cadeia produtiva em que está vinculado o sistema agropecuário. Não se limitando apenas à agricultura e à pecuária em si, o termo inclui também todas as atividades desenvolvidas por fornecedores e produtores de insumos e sementes, máquinas, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização, escoamento e comercialização da produção agropecuária.

Aplicando-se aí todo esse processo de modo sustentável e socialmente justo o que se propõe o modo de produção agroecológico, então o agronegócio sustentável é benéfico para todos os atores nele envolvidos.

Durante a fundamentação teórica desse trabalho, demonstramos que a importância das Empresas Juniores nos campi universitários, pois como já foi mostrado pelos autores, é uma forma de preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Um dos cursos que demonstra que a Empresa Júnior se faz necessária ao preparo dos estudantes no curso tecnólogo e à Agroecologia[4]. Por ser uma área que abrange diversos setores da economia e integra as ações de órgãos que atuam com assistência técnica e extensão rural e buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável, proporcionando aos pequenos produtores rurais locais uma alternativa de vida mais justa e o despertar da consciência ambiental.

De acordo com Caporal.; *et al* (2000), "a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia

---

[4]De acordo a Cartilha Vitrine Tecnológica de Agroecologia (2015, p.6) a Agroecologia é uma ciência que consiste na aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis. Está baseada na interação dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, tendo as propriedades agrícolas, o funcionamento da Natureza como modelo, que por isso não utilizam agrotóxicos e adubos químicos solúveis.

sistêmica". Na visão de Carmo (2008, p.34) *apud* Altieri (1998:18), Agroecologia é vista como uma nova abordagem científica, multidimensional, na medida em que procura o aporte das mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, tendo sempre como unidade de estudo o agroecossistema. Para os autores, essa nova alternativa de produção sustetável objetiva:

> [...] trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos em que as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas (CARMO. 2008, p.34 *apud* ALTIERI.1998, p.18).

Ainda amparado por Caporal e Costabeber (2008, p. 8), na busca por um ambiente sustentável nasceu a Agroecologia como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição e a estilos de agriculturas sustentáveis, de modo a contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia, passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de uma agricultura de base ecológica ou sustentável.

Nesta conjuntura, mostra a necessidade de profissionais preparados para um desenvolvimento econômico e social. Ainda, de acordo com Carmo (2008), "a forma modernizada de produzir também se estendeu à agricultura, que teve mudanças na base técnica, acopladas às outras transformações (...)".

Esta visão evidencia a importância do preparo dos estudantes do campo da Agroecologia para melhor enfrentar o campo de trabalho.

> [...] VII – fomentar, na instituição a que seja vinculada, cultura voltada para o estímulo ao surgimento de empreendedores, com base em política de desenvolvimento econômico sustentável. (BRASIL ,2016)

Com estas mudanças constantes, se faz necessário que os campi universitários preparem os seus alunos de uma forma que possam enfrentar o mercado de trabalho, oferecendo meios e suporte necessários para que adquiram não só o conhecimento, mas também a prática no caminho de sua formação. Nesta visão, se faz necessária a presença das Empresas Juniores dentro dos campi universitários, para contribuir neste processo de transformação, no qual se faz necessários criações de projetos (2008, p.29).

Na visão de Mattos *et al* (2006, p.15), este processo demonstra que Agroecologia se apresentava distante dos debates sobre desenvolvimento rural, e atualmente goza de crescente reconhecimento público. Essa evolução explica-se pelo fato de que dinâmicas sociais de

inovação agroecológica em curso, nas várias regiões do País, não tiveram que esperar pela construção de sua credibilidade no mundo acadêmico para que pudessem se desenvolver e demonstrar seus benefícios para a vida de populações rurais historicamente marginalizadas e para a conservação dos ecossistemas em que elas vivem e produzem.

Segundo o contexto apresentando, no qual foi mostrado que a atuação das empresas juniores dos campi acadêmicos contribuem na formação dos seus alunos, pois os perfis das empresas são de contribuir no desenvolvimento de projetos, consultoria e orientação de acordo com área de atuação das mesmas.

Conforme Bonfiglio (2006, p.48), os projetos e atividades desenvolvidos pelas EJrs são realizados pelos próprios empresários juniores. Estes projetos/atividades são desenvolvidos com o acompanhamento e a orientação de professores e profissionais especializados, promovendo, assim, a excelência na preparação e no estímulo da formação profissional assim como uma contribuição diferenciada para a sociedade.

A visão de Caporal (2009, p.27) denota que a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizado.

> O ordenamento histórico e a interpretação crítica do processo de construção do conhecimento, do ponto de vista dos agricultores e dos diversos parceiros, possibilitam a identificação dos erros, dificuldades, fragilidades, potencialidades e funcionamento do processo de inovação (BUENO, 2011, p.45).

Essa dinâmica cria um ambiente de aprendizagem mútua que possibilita redirecionar as ações do projeto, realimentar as ações de pesquisa e subsidiar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável. Considera-se, portanto, que a Agroecologia é um campo de pesquisa que necessita de empreendimentos e novos atores que contribuam com o desenvolvimento sustentável da agricultura, valendo-se do uso e domínio de novas tecnologias e projetos, os quais auxiliarão no preparo de novos profissionais e na consolidação de parcerias entre os centros acadêmicos e a comunidade.

4.4 Empresa Junior na Extensão Rural

A extensão universitária e os seus modais constituem um instrumento de suma importância na formação e na inclusão dos formandos no mercado de trabalho. No que tange a extensão universitária nos cursos que lidam nas áreas rurais, ou seja, em comunidades campesinas, necessita de um trato diferenciado principalmente por lidar, com atores humildes e que buscam auxilio especializado, mas, que sejam acessíveis no mesmo nível de entendimento, bem como uma abordagem par.

> [...] desconsideração total pela formação integral do ser humano, a sua redução a puro treino que fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo a que falta, por isso mesmo, a intenção de sua democratização no falar (FREIRE, 1996).

O autor remete uma nova abordagem mais democrática, sempre levando em conta o trato final independente do ator final, o que não era feito no modelo de extensionismo produtivista, tão difundido na Revolução Verde, onde a prática tecnicista é meramente difusora. Esse difusionismo produtivista adotado pela modelo de produção convencional herdado da Revolução Verde ainda perdura nos dias atuais, onde as grandes corporações que tem o agronegócio, entende se aí agronegócio essencialmente produtivista (os grandes produtores rurais).

Apesar do mundo passar por várias transformações ambientais, comerciais, sociais e tecnológicas, não só nas zonas urbanas como também nas áreas rurais, e a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade estar explícita na maioria das políticas públicas mundo afora, inclusive nas políticas públicas voltadas para o extensionismo rural brasileiro como PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). Os extensionistas das várias instituições que tem como atuação a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aos produtores da agricultura familiar, adotam como concepção de práticas de extensão as que o mercado ditam, abandonando assim as características tradicionais de cada agricultor, "(...) é nestas relações rígidas e verticais que se vêm constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida" (FREIRE, 1983, p. 32).

Enfim as inovações implementadas, que se propõe a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER), não são adotados pelos extensionista atuais, que per intermédio de uma formação bancária, adotam em grande parte o difusionismo produtivista como principal referencial orientador. Abandonando assim a sua autonomia, a capacidade de experimentação e a busca de desenvolvimento de tecnologias, que são alguns pilares da extensão acadêmica, ficando estes reféns dos pacotes tecnológicos impostos pelas corporações

e pelo governo.

O papel da Conagreco (Consultoria Junior em Agroecologia) ou outra Empresa Junior (EJr) que tem como ramo de atuação a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) tem o aporte na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), onde está explicito o seu papel de atuação nos seguintes artigos e parágrafos desta lei.

> Art. 4
> X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
> XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
> XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.
> Art. 11. As Entidades Executoras do Pronater compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preencham os requisitos previstos no art. 15 desta Lei.
>
> Art.12
> IV - a execução de serviços de Ater por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública.
>
> Art. 15. São requisitos para obter o credenciamento como Entidade Executora do Pronater:
> I - contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;
> IV - contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade;
> V - dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso.
>
> Art. 27. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX:
>
> Art. 24. A metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado serão objeto de regulamento.
> XXX - na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

Atendidas outras normas contidas na lei da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Empresa Junior poderá vir a ser contratada diretamente ou atuar em parceria com as empresas detentoras do contrato de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

5 METODOLOGIA, UNIVERSO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Metodologia

As técnicas metodológicas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho foram: a pesquisa bibliográfica, que contribuiu com a parte teórica da pesquisa; a pesquisa descritiva; as técnicas exploratórias, qualitativa e de campo, foram utilizadas na formulação da pesquisa analisando a hipótese e fator problema. A coleta de dados do conhecimento adquirido no decorrer da pesquisa foi utilizada na elaboração dos questionários e durante as entrevistas de campo.

De acordo com Severino (2000) a pesquisa bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos, dentro de uma área do saber. No qual contribui para o desenvolvimento do trabalho que se propõem a ser realizado, por meio das análises bibliográficas.

Conforme Danton (2002), pesquisa descritiva é composta por técnicas que o aluno utiliza para observar, registrar e analisar os fenômenos, sem manipulá-los. É muito utilizada em pesquisas sociais. Procura descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, sua relação com outros fenômenos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa exploratória são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Neste processo foi utilizada, também, a técnica qualitativa que, de acordo com Oliveira (2011) *apud* Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências, que contribuirá para um melhor entendimento do contexto da pesquisa.

Com base no contexto da pesquisa, foi trabalhada, também, a pesquisa de campo, que visa contribuir para um melhor entendimento por meio de relatos e observações extraídos em lócus. Na visão de Gil (2002), a pesquisa de campo procura identificar as características dos componentes do universo pesquisado, possibilitando a caracterização precisa de seus segmentos e a criação e manipulação de categoria de análise.

A abordagem qualitativa da pesquisa foi utilizada durante toda entrevista de campo, pois, os quatro questionários aplicados levantaram informações diversas e que se complementaram durante as fases de triangulação metodológica e análise dos resultados. Os sujeitos da pesquisa foram os docentes, estudantes e funcionários do Instituto Federal de Brasília Campus Planaltina – DF, famílias de assentados da reforma agrária e produtores do Assentamento Bom Sucesso, localizado no município de Flores – GO, os moradores e produtores rurais do assentamento "Pequeno William", localizado próximo ao Instituto Federal de Brasília (IFB) em Planaltina-DF e os alunos de licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (UNB) - Campus de Planaltina (FUP).

5.2 Universo da pesquisa

Para a confecção da pesquisa, foram escolhidos quatro cenários e consequentemente aplicados quatro questionários distintos. O 1° cenário foi nas dependências do Instituto Federal de Brasília-Campus Planaltina (IFB-PLA) e no 2° cenário foi aplicado o questionário com agricultores do Assentamento Pequeno Willian, em Planaltina/DF. No 3° cenário foi aplicado um questionário com agricultores do Assentamento Bom Sucesso I, na cidade de Flores de Goiás/GO. O 4° e último cenário foi a Universidade de Brasília em seu Campus de Planaltina-DF (FUP), onde estudantes de Licenciatura em Educação do Campo responderam um questionário.

A aplicação da pesquisa no primeiro cenário, que teve como público alvo os frequentadores do Instituto Federal de Brasília (IFB/Planaltina), para isso esse questionário, foi aplicado nas dependências do Instituto Federal de Brasília Campus situado na zona rural junto ao Km 21, da Rodovia DF 128 Planaltina- Distrito Federal. E se deu na 3° Semana do Cerrado evento realizado entre os dias 10, 11 e 12 de setembro de 2015 no mesmo local.

Este evento foi organizado por alunos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia em parceria com a instituição e teve como como tema "Cultura, Preservação e Vida", e, em sua programação contou com duas rodas de prosa, que debateram sobre o "Cerrado: o berço das águas corre perigo" e a "Atuação dos egressos de agroecologia no mercado de trabalho". Durante os dois primeiros dias foram ofertadas oficinas, com temáticas diversas, como Produção de Queijo, Fotografia, Banco de Adobe, Fabricação de Pulseiras, Piscicultura, entre outras não menos importantes.

Como no evento estava imbuído todos os seguimentos da Instituição de Ensino se tornou fácil a abordagem e a aplicação dos questionários, foram aplicados 83 questionários dentro do Campus, assim, composto: 32(trinta e dois) Estudantes do Curso Superior de

Tecnologia em Agroecologia. 10(dez) Egressos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. 5(cinco) Docentes da Instituição. 15(quinze) Estudantes dos demais cursos oferecidos pela Instituição, dentre eles, Licenciatura em Biologia, Ensino Médio Subsequente e Técnicos em Agropecuária; 21(vinte e um). Funcionários; divididos em 14 Funcionários administrativos da Instituição e 7 Funcionários colaboradores, ou seja, que apesar de serem administrativos trabalham diretamente no setor de Agroecologia no Instituto.

A aplicação do segundo questionário se deu no dia 14 de setembro de 2015, numa segunda-feira, no Assentamento de Reforma Agrária Pequeno Willian. Cujo este é em homenagem à um garoto de nome Willian que faleceu ao beber a água contaminada por agrotóxicos armazenados de forma indevida pelo proprietário da terra, causando a contaminação do riacho que abastecia o acampamento do MST, situado na Fazenda Toca da Raposa, no qual o garoto residia. O Assentamento Pequeno Willian é composto de 26 parcelas em média com 5 ½ (cinco e meio hectares) ocupando uma área com cerca de 144 ha, com área de reserva legal com cerca de 61ha, iniciando ao lado do Instituto Federal de Brasília na Rodovia DF 128 km 21 Planaltina-DF.

A escolha do dia de segunda-feira foi uma estratégia, pois, no início da semana era mais fácil encontrar os moradores em suas residências, onde foram entrevistados 17 Agricultores em 10 propriedades rurais (parcelas de assentados). O dia estava aprazível, com clima agradável, tanto que, choveu a tarde amenizando o calor de 30° (Trinta graus) que havia feito no domingo.

A pesquisa feita no 3° cenário, se deu na cidade de Flores de Goiás-GO, cujo registros comprovam que esta foi fundada por intermédio de negros e retirantes nordestinos que encontram refúgio e qualidade de vida as margens do Rio Paranã. O nome Flores se deu por homenagem ao filho do Bandeirante Manoel Rodrigues, que a denominou Arraial Vila de Flores, que com o passar do tempo mudou de nome, chegando a esse nome definitivo de Flores de Goiás, com a emancipação política em 1963.

Flores de Goiás tem hoje uma população estimada em cerca de 14.300 habitantes, ocupando uma área 3.709,427 km², o município tem sua principal fonte de renda a agricultura, O Assentamento Bom Sucesso I, é oriundo de uma ocupação iniciada em 1989, feita pelo movimento dos trabalhadores sem-terra filiados à FETADFE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno); esses agricultores ocuparam as fazendas Bom Sucesso e Santa Cruz, que foram consideradas improdutivas pelo INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O P.A Bom Sucesso I ocupa uma área de 1.932ha divididos em 84 beneficiários, sendo que cada beneficiário ocupa parcelas de 20ha e mais 3ha em área coletiva, junto as margens do rio Paranã; o questionário foi aplicado à 30 agricultores, numa quarta-feira dia 24 fevereiro de 2016. Era um dia ensolarado em que os termômetros indicavam que a temperatura em seu ápice atingiu 34°. A distância entre as parcelas era mínima, mas a pesquisa tomou o dia inteiro e adentrou pela noite devido ao fato de muitas parcelas estarem sem ninguém, isso foi explicado por alguns agricultores, que disseram que por causa da dificuldade que encontram para produzir, muitos assentados trabalham para se sustentar no Distrito Federal e Entorno, e outros abandonaram as parcelas por esse mesmo motivo.

Nosso 4°cenário se deu no campus Planaltina da Universidade de Brasília (FUP/UNB), situado na Área Universitária 01-Vila Nossa Senhora de Fátima em Planaltina-DF, oficialmente o campus foi inaugurado em 16 de maio de 2006, tendo como primeiro vestibular em março de 2006. Em 2007 no mês de agosto foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, em setembro do mesmo ano, composta de 60 alunos; o Licenciatura em Educação o Campo (LEDOC) se deu em parceria entre a UNB com uma instituição rio-grandense denominado ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), e tem por objetivo de formar educadores para atuar na Educação Básica em escolas do campo, assim contribuindo para a construção coletiva de um projeto de formação de educadores, servindo como referencial para políticas públicas de Educação do Campo (UNB,2009).

O questionário aplicado aos 18 discentes do Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) na FUP (Universidade de Brasília-Planaltina), se deu na noite de 29 de março de 2016, uma enluarada terça-feira, cuja a temperatura beirava os 22°C; a opção pela noite foi sugerida por um dos alunos do curso, que relatou na segunda-feira dia 28, que como a grade horária ocupava todo os horários matutino e vespertino, haveria mais facilidade para obter a atenção dos cursistas, pois, como a grande maioria fica alojada nas dependências do campus, poderiam tranquilamente responderem aos meus questionamentos, e assim se deu.

5.3 Coleta e Análise de dados

5.3.1 Primeiro Momento da pesquisa

O primeiro momento da pesquisa foi realizado nas dependências do Instituto Federal de Brasília, no campus Planaltina, e teve como objetivo saber de todos os frequentes, qual a visão que tem sobre o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, ofertado por esta Instituição de Ensino Superior (IES), tal como, saber sobre o conhecimento sobre a Empresa

Junior e as beneficies que ela trará à formação dos cursistas nela atuantes, bem como, a experiência empreendedora dos egressos do curso, que por ela passarem.

Nessa pesquisa foram distribuídos 100 questionários, para cursistas em agroecologia, egressos do mesmo, estudantes; ex-estudantes; docentes e funcionários, ou seja, todos os seguimentos que compõem os frequentes do campus; o questionário era composto de 15 questões fechadas, sendo que algumas tiveram mais de uma opção de resposta, conforme a percepção dos respondentes.

Como dito antes, os questionários foram aplicados, nos dias 10,11 e 12 de setembro de 2015, na 3° Semana do Cerrado, evento organizado pelo Instituto Federal de Brasília-Campus Planaltina (IFB-CPLA) e realizado em suas dependências dos 100 distribuídos, 83 foram entregues respondidos. Em certo momento da pesquisa, o questionário focou as questões que se referem à agroecologia, pois o campus Planaltina oferece entre diversos cursos de formação superior, técnica e profissional, o Curso de Tecnologia em agroecologia.

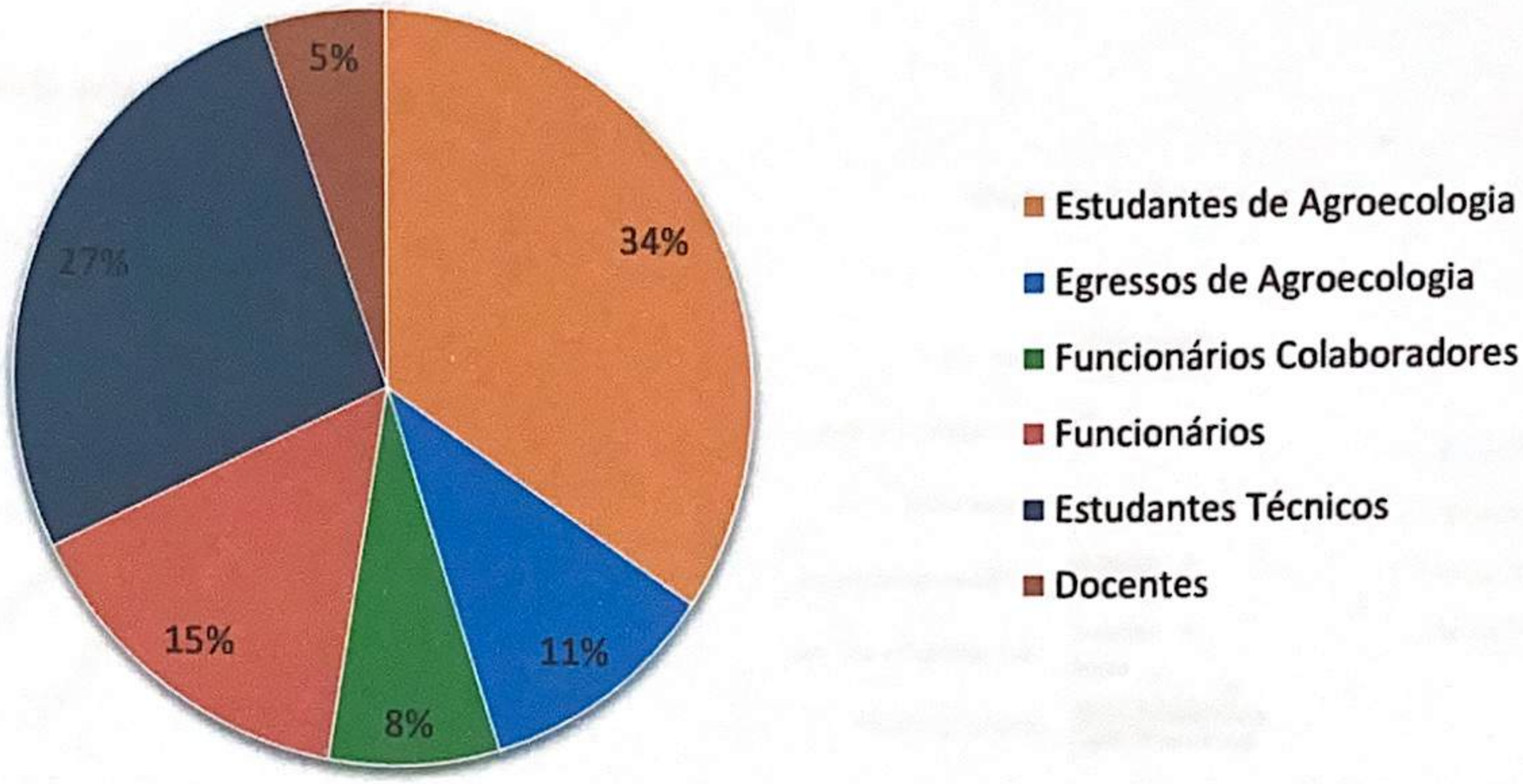
Então foi de suma importância saber a opinião de todos os frequentes do IFB/Planaltina, sobre a agroecologia e a implantação de uma empresa júnior (EJr) nesse ramo no IFB e por consequência no Distrito Federal, já que esta será a primeira Empresa Junior voltada inteiramente para a agroecologia.

Figura 1



Fonte: Google – 2016 Localização do campus Planaltina do IFB

Gráfico 1: Qual sua atividade dentro do Campus do IFB em Planaltina-DF?



Fonte: Autor-2015

O primeiro gráfico trouxe a atividade desenvolvida pelos nossos entrevistados dentro do Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília, portanto, foram entrevistados trinta e dois (32) Estudantes do Curso de Agroecologia. Dez (10) Egressos do Curso de Agroecologia, sete (7) Funcionários Colaboradores, catorze (14) Funcionários Administrativos, quinze (15) Estudantes dos demais cursos, cinco (5) Docentes da Instituição, como já foi informado anteriormente. Entre os interlocutores a faixa etária foi desprezada se atendo apenas a atividade exercida.

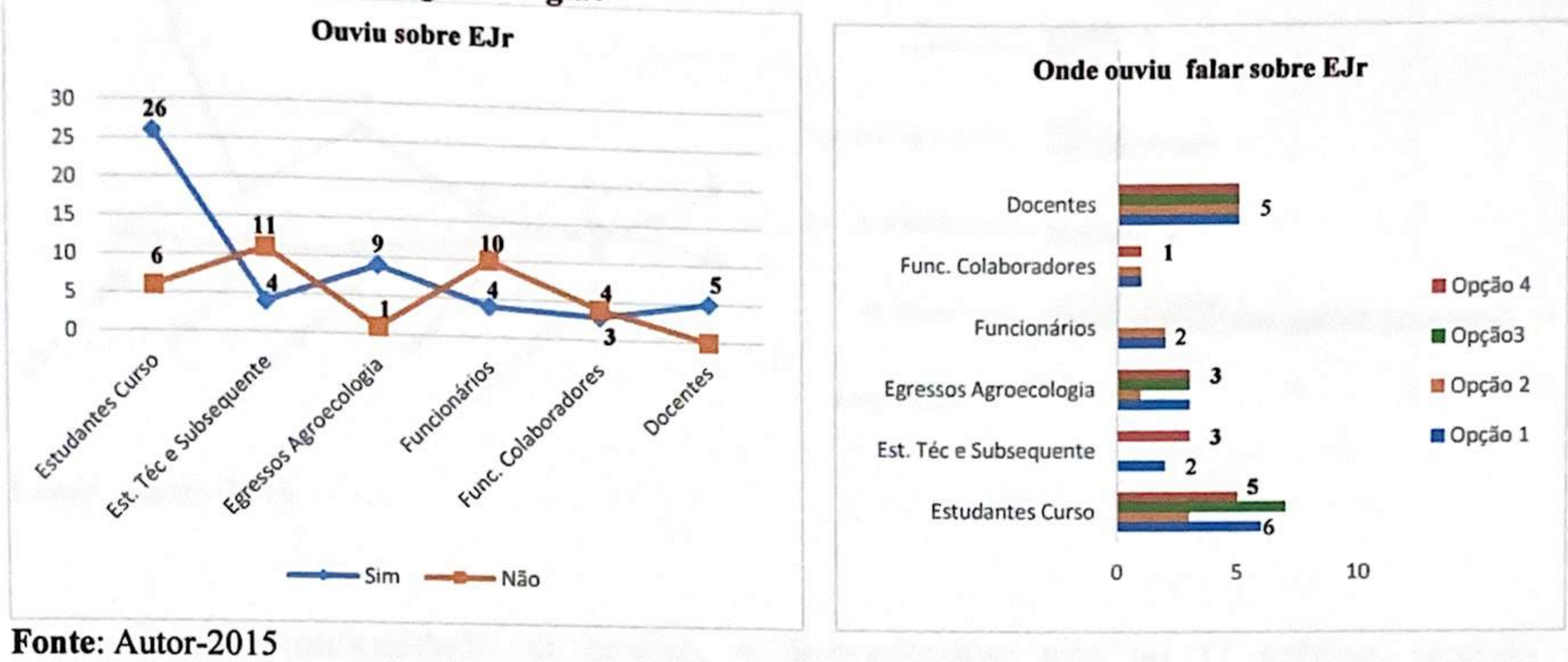
Isto indica que essa pesquisa realizada no Instituto Federal de Brasília em seu *Campus* Planaltina procurou ouvir todos os seguimentos que exercem algum tipo de atividade na instituição justamente para abordar de forma séria e correta tudo que envolve tal tema, preconizando sempre a veracidade, honestidade e comprometimento do entrevistado com a pesquisa em si. Buscando através desta um bom entendimento para que futuramente se busque um modelo de atuação da EJr na formação dos estudantes de Agroecologia e em contrapartida possa vir a atender as necessidades da população, por eles vir a ser assistida.

- Você já ouviu falar de Empresa Junior? Onde ouviu Falar sobre EJr?

A Empresa Junior não um assunto que seja exclusivo de âmbito superior, mas, talvez desde que a criação da empresa júnior (EJr) se deu nos primórdios pela mobilização de graduandos do ensino superior, que visavam pôr em prática no dia-dia a teoria que era

repassada pelos mestres em teoria, esse assunto se restringiu a estes níveis. Por isso, indagamos em todos os níveis desta pesquisa sobre essa modalidade de extensão acadêmica.

Gráfico 2: Ouviu falar de Agroecologia?



Fonte: Autor-2015

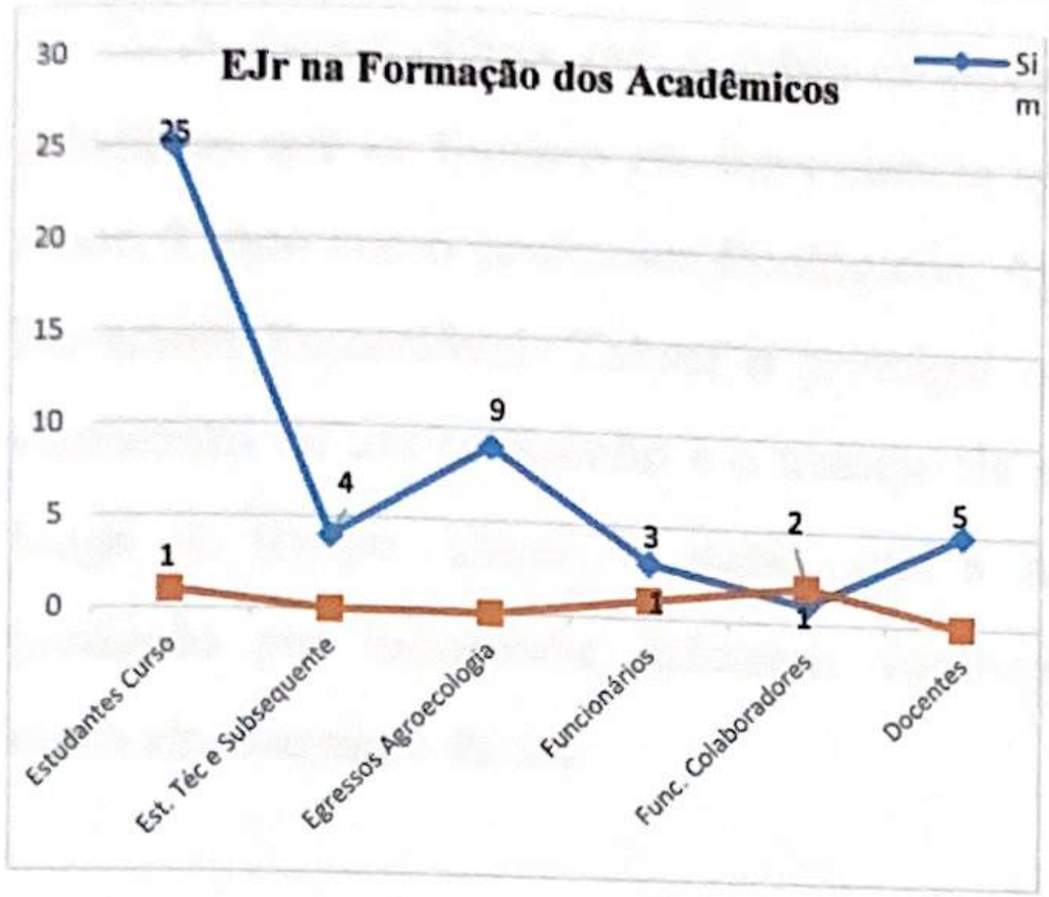
O demonstrativo no primeiro gráfico mostra o nível de conhecimentos dos entrevistados sobre a Empresa Junior, para 69,88% dos entrevistados afirmaram que ouviram falar de empresa júnior (EJr), já 30,12% dos respondentes disseram nunca terem ouvido falar sobre o assunto.

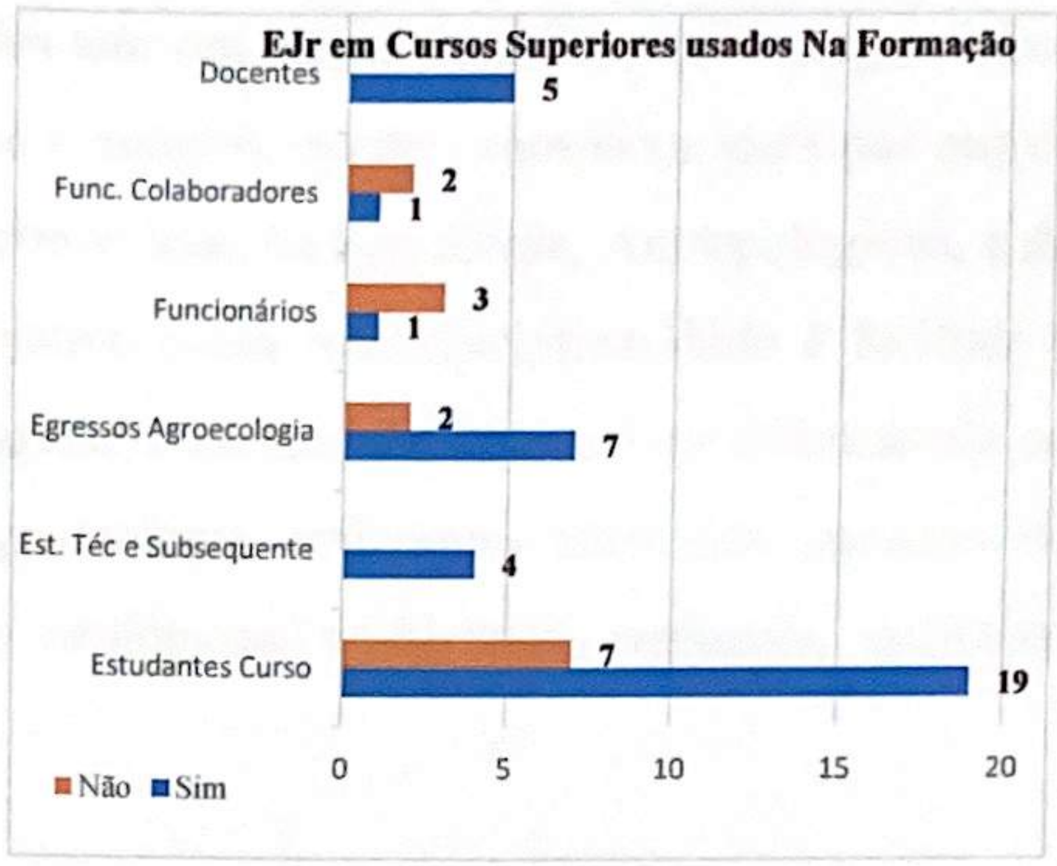
Além disso, a amostra traz que o meio mais comum de divulgação da empresa júnior (EJr) em que os respondentes obtiveram, esse conhecimento foi a Televisão. Quando a pergunta foi "Qual a sua visão sobre a Empresa Junior", 100% dos que entrevistados que afirmaram conhecer sobre empresa júnior (EJr), disseram terem uma "boa visão".

Os dados da pesquisa indicam que a maioria dos entrevistados já ouviu falar sobre Empresa Junior, mas, por outro lado, temos uma situação antagônica, pois nota-se que os entrevistados com nível médio nunca ouviram falar de uma empresa júnior (EJ).

- Você acha que as Empresas Júniores podem vir a contribuir na formação dos acadêmicos? Você acha que todos os cursos de graduação superior devem possuir uma Empresa Junior para contribuir na formação dos seus alunos?

Gráfico 3: EJr na Formação





Fonte: Autor - 2015

Dando continuidade na análise, o demonstrativo traz no 1° gráfico, quando o questionamento foi sobre a contribuição da Empresa Junior na formação dos acadêmicos? 94,12% dos entrevistados responderam sim há uma contribuição importante nessa formação, já para 5,88% não há uma contribuição efetiva na formação dos estudantes.

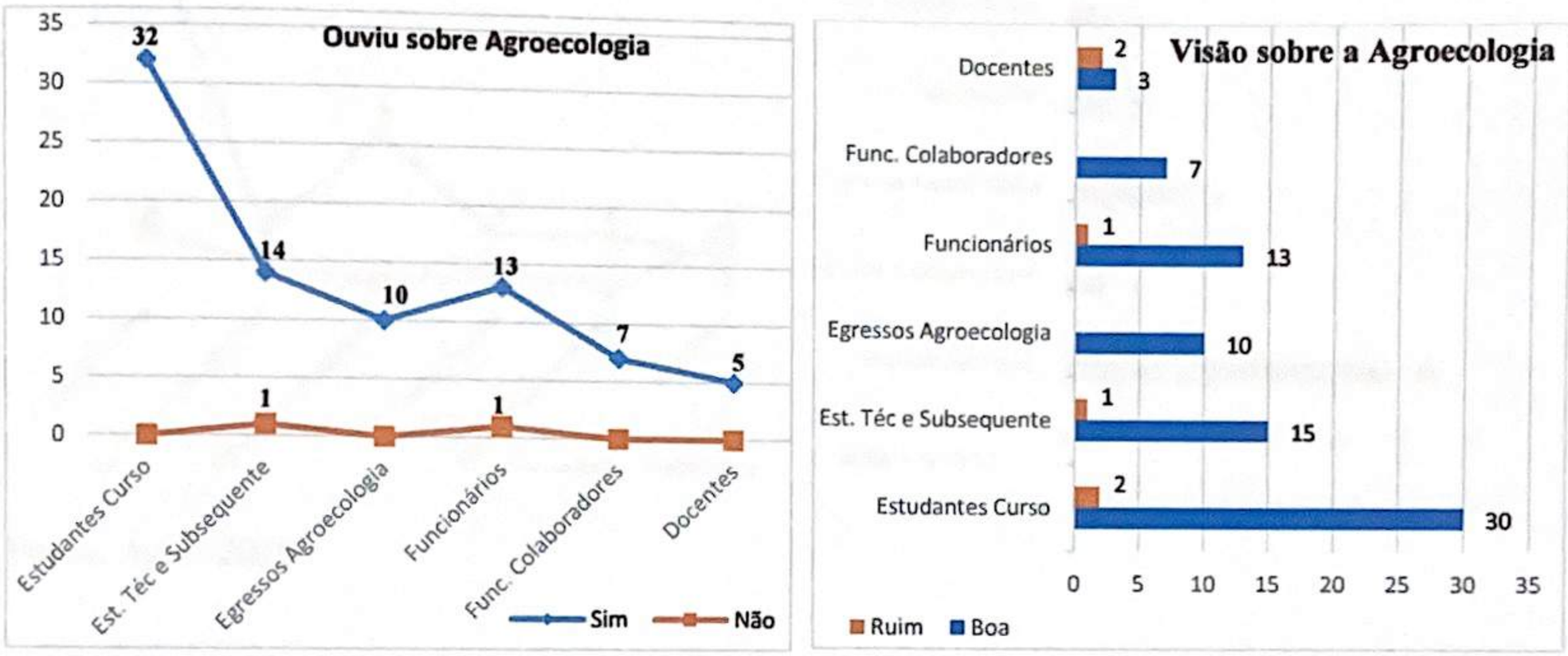
A amostra nos traz ainda que sobre todos os cursos superiores terem uma empresa júnior (EJr), para contribuir na formação de seus estudantes, 78,43% responderam sim que deveriam ter, enquanto para 27,57% disseram não há necessidade de todos os cursos superiores terem uma empresa júnior (EJr). Quando a pergunta foi da importância da presença das Empresas Juniores nos campi universitários. 96,08% dos entrevistados responderam ser importante isso, e para 3,92% dos entrevistados essa presença não é importante.

Conforme a pesquisa e a análise do gráfico, indicam que houve consenso sobre o papel contribuinte da empresa júnior (EJr) na formação dos acadêmicos no Instituto Federal de Brasília-*Campus* Planaltina (IFB-CPLA). A análise também demonstra que a importância de empresa júnior (EJr) na formação dos acadêmicos é muito benéfica, pois a interação do estudante com o setor produtivo prepara os mesmos aliando a teoria com a prática propriamente dita. Novamente apenas os conhecedores do assunto opinaram; tendo como negativas as respostas dos funcionários e funcionários colaboradores. Estes se justificaram que acreditam que o papel das empresas juniores (EJr) deva ser bem além do que foi proposto na indagação.

- Você já ouviu falar em agroecologia? Qual a sua visão da Agroecologia no IFB?

A Agroecologia sem sombra de dúvidas tem um corpo científico, que agrega muitos princípios que se fundem em uma ciência que é simples, porém, complexa vista por outros olhos. Tendo como princípios Ecológicos, Agronômicos, da Sociologia, Antropológicos, e da Economia Sustentável. Talvez o principal objetivo dessa multidisciplinaridade é facilitar a elaboração de um redesenho e o manejo de agroecossistemas para que sejam sustentáveis ao longo do tempo. Dá-se, aí então, que a Agroecologia está muito além das questões de produção por incorporar inúmeras variáveis ecológicas, ambientais, regionais, políticas, culturais, sociais e éticas.

Gráfico 4: Conhecimento sobre a Agroecologia



Fonte: Autor - 2015

Conforme o demonstrativo apresentado no 1° gráfico, onde foi trabalhado o conhecimento da agroecologia, 97,59% dos entrevistados afirmaram ter ouvido sobre agroecologia, apenas 2,41% responderam nunca ouvirem falar sobre o assunto.

Além disso, a amostra traz que 92,86% responderam ter uma boa visão sobre a agroecologia no Instituto Federal de Brasília (IFB), já para 7,14% dos respondentes relataram que essa visão é ruim.

Isso indica que conforme a pesquisa o conhecimento da Agroecologia entre todos os entrevistados é grande, mas, tem que levar em as razões e opiniões dos que não tem uma boa visão sobre a agroecologia. Isso e traz também a responsabilidade da afirmação da Agroecologia como agente transformadora de realidade social.

- Você acha que o Curso de Agroecologia necessita de uma Empresa Junior no campus do IFB de Planaltina? E essa irá contribuir na formação dos Estudantes deste Curso?

O anseio da maioria é para o fortalecimento da Agroecologia dentro do Campus Planaltina e a criação de uma Empresa Junior será um impulsionador deste fortalecimento. Destaca-se aqui a opinião dos Egressos do curso que ouviram falar sobre empresa júnior (EJr) que ressaltaram que uma melhor preparação para o mercado de trabalho seria mais eficaz devido à concorrência que o mesmo demanda.

Gráfico 5: Necessidade de EJr no IFB

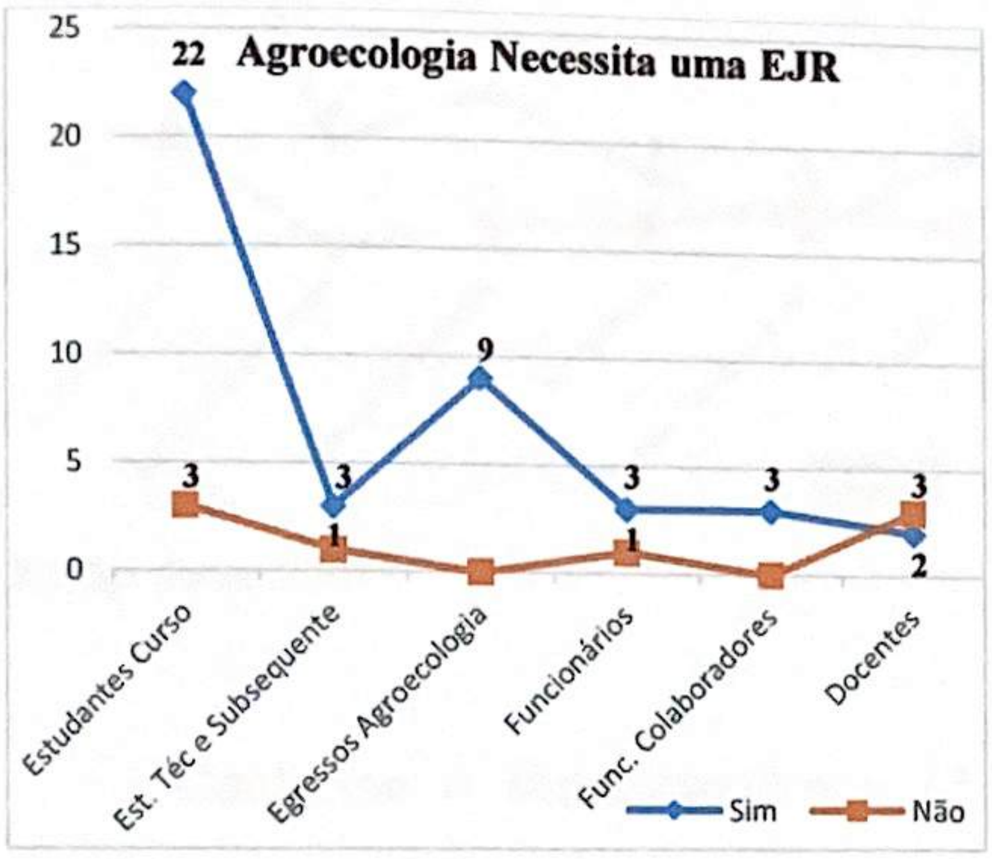
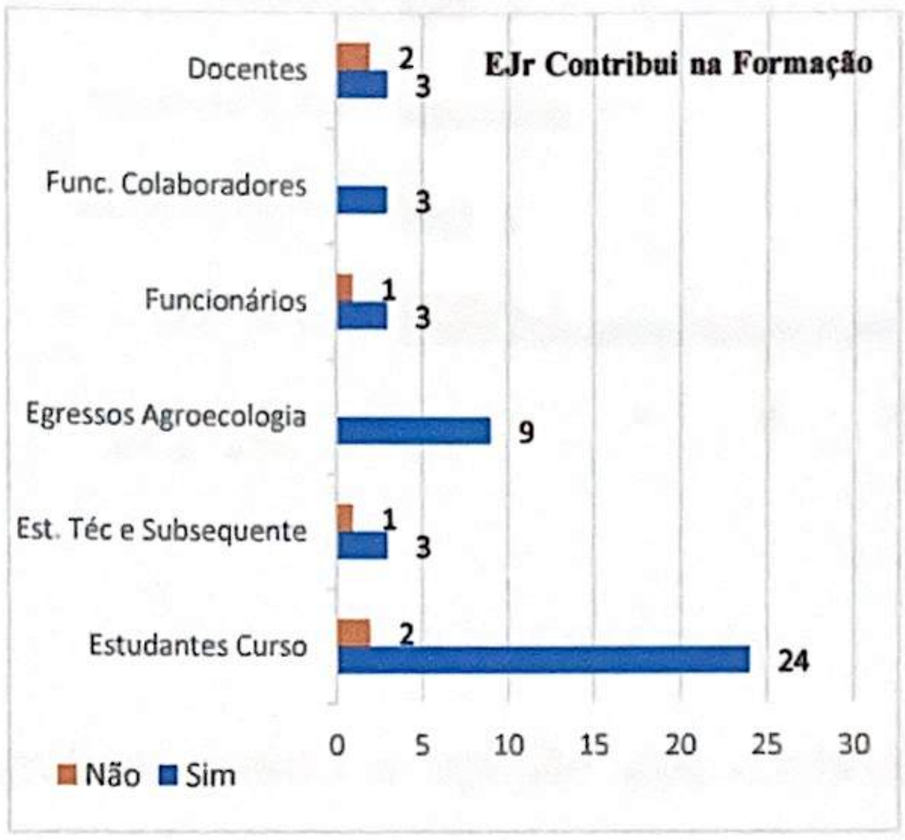


Gráfico 6: Contribuição da EJr na Formação

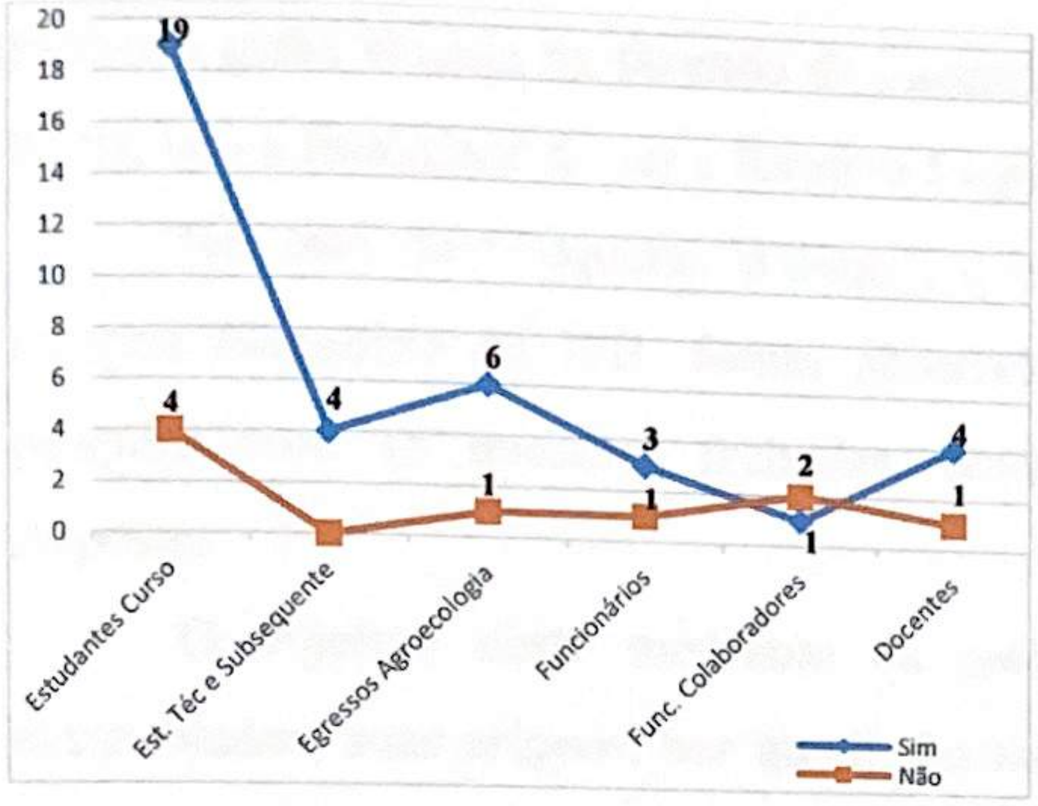


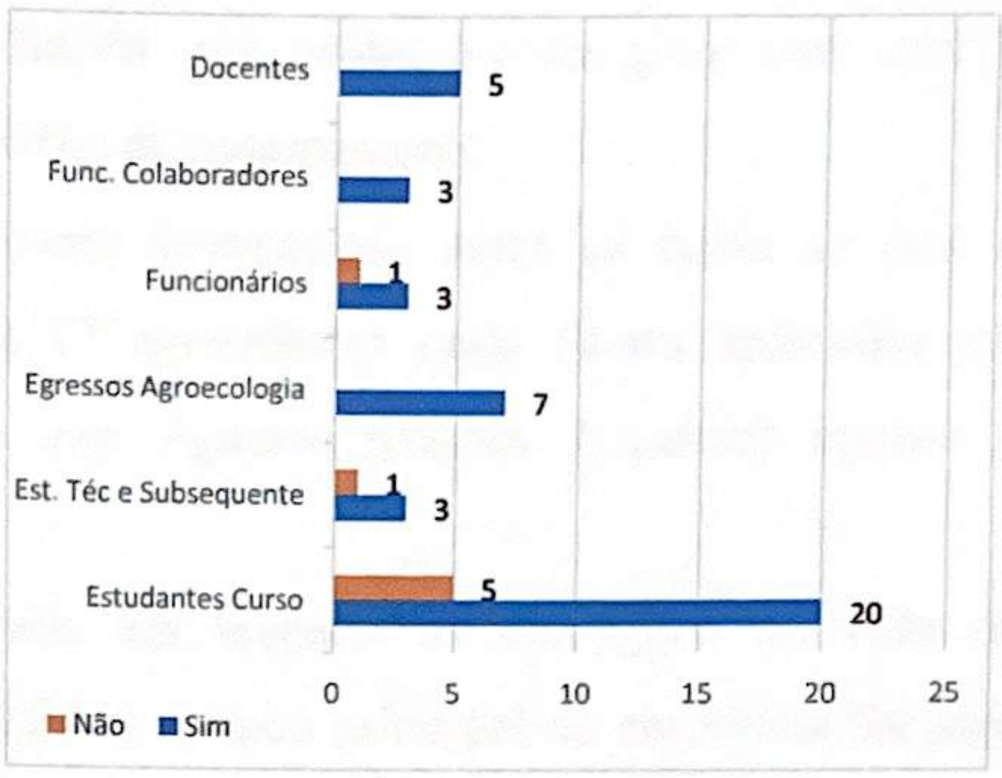
Fonte: Autor-2015

O demonstrativo traz no 1°gráfico as opiniões sobre a necessidade de uma Empresa Junior (EJr) de Agroecologia no Campus Planaltina. Para 84,31% dos entrevistados, há necessidade de uma Empresa Junior no IFB (Instituto Federal de Brasília). Porém, de acordo com o gráfico 5.1, verifica-se que todos os segmentos entrevistados foram unânimes (88,24%) em reconhecer que a criação de uma Empresa Junior no Campus Planaltina (CPLA), irá contribuir para formação e atuação dos estudantes do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

- Em sua opinião, as Empresas Juniores possuem um perfil social? Você concorda com esse perfil das Empresas Juniores? No que se refere à Empresa Junior dentro do Curso de Agroecologia, você acredita que há contribuição para o desenvolvimento da comunidade de Planaltina e do DF?

Gráfico 7: Perfil Social e Desenvolvimento





Fonte: Autor - 2015

Conforme o demonstrativo o 1° gráfico, mostra a opinião dos conhecedores da empresa júnior (EJr) sobre o seu perfil social; para 74,51% dos respondentes afirmaram a existência de um perfil social de uma empresa júnior (EJr), já 25,49% dos entrevistados responderam desconhecer esse perfil social e optou pelo "não". Alguns entrevistados absteram-se em responder, pois, não sabiam discernir qual seria esse papel social que uma Empresa Junior (EJr) é capaz de trazer a um curso de graduação acadêmica.

O demonstrativo ainda nos traz, que 85,67% dos entrevistados responderam que uma Empresa Junior dentro do Curso de Agroecologia, irá contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Planaltina, bem como, do DF e entorno. Para 16,33% a implantação de uma empresa júnior (EJr) no curso de agroecologia no Instituto Federal de Brasília-*Campus* Planaltina (IFB/CPLA) não contribuirá como esse desenvolvimento.

Isso indica que análise conforme o conhecimento dos respondentes que disseram conhecer sobe empresa júnior (EJr), sobre o real perfil social de uma empresa júnior, é satisfatório, a Empresa Junior oferece vantagens que são complementares às abordagens feitas. Concordar com o perfil social da empresa júnior (EJr), e a sua contribuição no desenvolvimento comunitário ou a existência de um fica a cargo da pesquisa; mas o real

intuito de Empresa Junior é a geração de um processo de aprendizagem, o qual serve de referência para outras experiências vindouras.

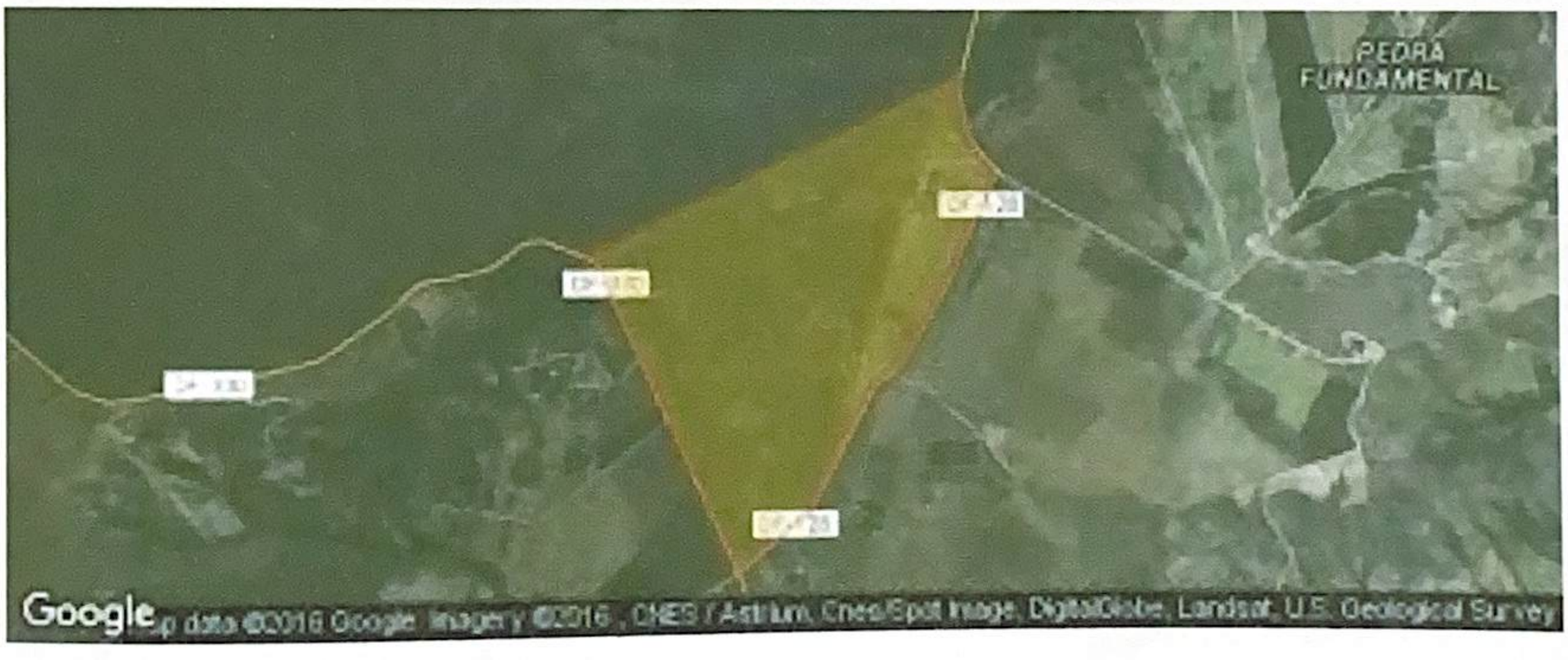
5.3.2 Segundo momento da pesquisa

No segundo momento a pesquisa foi aplicada no Assentamento de Reforma Agrária Pequeno Willian, o projeto de criação do assentamento compreende duas glebas com 207ha, a primeira gleba situada na fazenda da Fazenda Sálvia com 144ha, e outra gleba com cerca de 63 ha, tem a finalidade de ser a Reserva Legal (RL) do assentamento.

No caso do "Pequeno Wiliam", que como mencionado antes se inicia ao lado do campus Planaltina do IFB, foram abordados 17 agricultores onde foram aplicados uma pesquisa com 15 questões fechadas, sendo que algumas tiveram 4(quatro) opções de respostas.

O objetivo deste momento da pesquisa era levantar as condições de vida dos entrevistados, suas origens, por quem são assistidos. O foco principal da entrevista foi saber do conhecimento sobre a Agroecologia e sobre a Empresa Junior no ramo da agroecologia. Confrontaremos em outro momento as respostas aqui obtidas, assim será composta uma análise geral para a pesquisa.

Figura 2



Fonte: Google - 2016

Nesse momento da pesquisa realizou-se levantamento de informações diversas no mencionado assentamento, valendo-se de um questionário no qual foi perguntado sobre a composição familiar, situação marital dos participantes e área media da propriedade. Também sondou-se acerca da mão de obra nela utilizada, modo de produção nela desenvolvido e alternativa de comercialização do excedente da produção. Em termos de estudo, foi

satisfatório esse levantamento, pois, mesmo obtendo respostas distantes do foco principal da pesquisa, ficou constatado que há, por parte dos agricultores entrevistados, um grau de entendimento mínimo sobre a prática agroecológica e as alternativas de produção sustentável. Em resposta, alguns relataram que nunca trabalharam com a Agroecologia e que não conheciam a ideia de empresa júnior. Porém, houve unanimidade quanto à necessidade de Assistência Técnica e Extensão Rural no desenvolvimento de projetos estrutural e produtivo do assentamento.

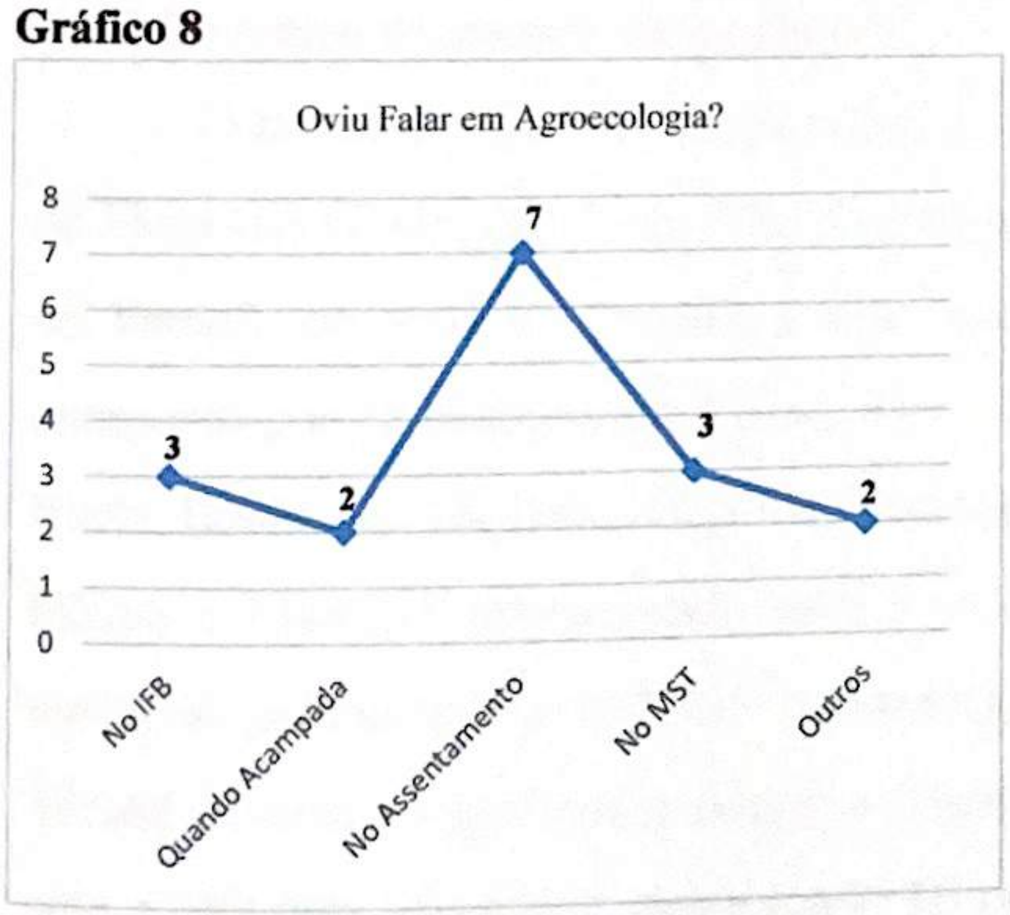
- Entendimento sobre a Agroecologia

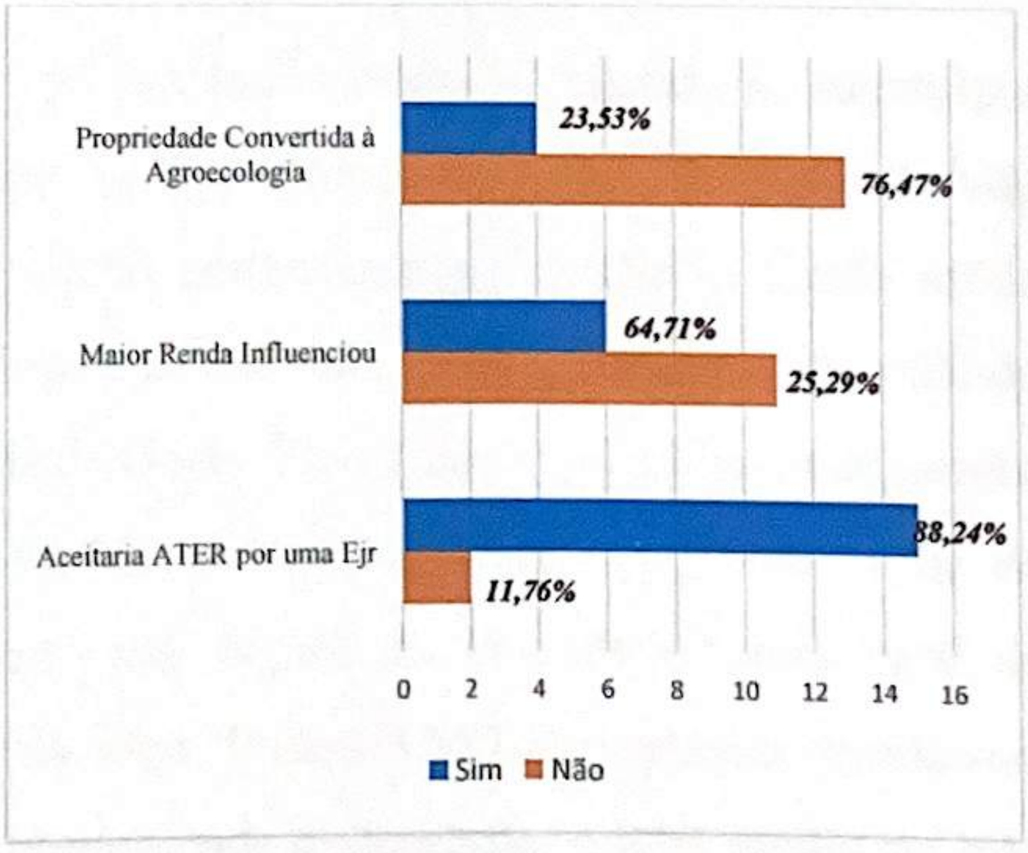
Face ao objetivo da pesquisa – conhecer a opinião dos entrevistados acerca da agroecologia e sobre uma Empresa Junior (EJr) em agroecologia – foram realizados questionamentos no intuito de investigar o conhecimento dos entrevistados sobre o tema abordado. Questionou-se aos entrevistados se conheciam a agroecologia, onde a conheceram; se conheciam sobre Empresa Junior (EJr) e se aceitariam esse modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A pesquisa mostrou que não há um grau de entendimento real sobre a agroecologia por parte dos agricultores. Isso é compreensível, pois, a Agroecologia é uma ciência em desenvolvimento, não havendo ainda um conceito formado sobre ela empiricamente falando.

Esta seção é composta de perguntas ministradas aos agricultores do Assentamento Pequeno Willian, acerca do conhecimento dos mesmos sobre o assunto "agroecologia", e saber se os mesmos adotam esse modo de produção em suas propriedades, bem como, saber o conhecimento dos agricultores sobre uma Empresa Junior (EJr).

Gráfico 8





Fonte: Autor-2015

O resultado do demonstrativo traz no 1°gráfico, que tiveram o primeiro contato com a agroecologia quando acampados, 7 entrevistados disseram. Ressaltando que 3 entrevistados ouviram sobre agroecologia no IFB/Planaltina. Além disso, o demonstrativo indica no gráfico que 23,53% dos agricultores entrevistados disseram ter a propriedade convertida à agroecologia, quando discutido sobre o tempo deste trabalho com agroecologia,100% dos entrevistados que dizem trabalhar com agroecologia afirmaram estar há 3 ½ anos trabalhando com agroecologia, o que coincide com o processo de regularização do assentamento. Já para 76,47% dos agricultores que responderam que a propriedade é constituída com o modo convencional de produção.

Nota-se também que a maioria dos entrevistados 88,24% aceitariam ter uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) feita por uma Empresa Junior (EJr), essa resposta veio depois de explicado o que seria uma Empresa Junior, pois, anteriormente quando perguntado se tinham ouvido falar sobre Empresa Junior (EJr), 100% dos entrevistados responderam não.

Isso indica que a Agroecologia é conhecida por todos os agricultores e que estes obtiveram esse conhecimento através de várias fontes, que chegaram até eles por intermédio de terceiros, organizações sociais e instituições de ensino. A análise desses dados mostrou também que a perspectiva do aumento da renda é um dos principais atrativos para a migração para o modo de produção agroecológico (orgânicos) por eles produzidos, quanto ao conhecimento da Empresa Junior (EJr) a própria divulgação desse modelo de extensão é falha, mas com a promulgação da lei e dependiam de terceiros para o mesmo, então estes atravessadores escoavam a produção como produção da agricultura convencional.

5.3.3 Terceiro momento da pesquisa

O terceiro momento da pesquisa se deu no P.A Bom Sucesso I, situado no munícipio de Flores de Goiás, região do Vão do Paranã, que fica no nordeste do estado de Goiás. O Vão do Paranã, ou Vale do Paranã, é uma microrregião pertencente ao estado de Goiás sendo composto por 12 municípios: Posse, São Domingos, Simolândia, Sítio d`Abadia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara e Mambaí. Abrangendo uma área de 17.452,90 Km², com uma população total do território estimada em 107.305 habitantes, com uma população vivendo na área rural de 38.088 pessoas, o que corresponde a 35,50% do total. Possui 5.787 agricultores familiares, com 3.389 famílias assentadas e tendo 1(uma) comunidade quilombola; o IDH médio do Vão do Paranã é 0,67.

A incursão da pesquisa no P.A Bom Sucesso, deu-se durante todo o dia e em uma boa parte da noite. Foram visitadas mais de 75 parcelas, porém, a maioria delas, como mencionado antes, não foi encontrada em seus lotes, já que como relatado, há certa dificuldade para se viver da agricultura familiar no assentamento. Percebeu-se certa desconfiança e um pouco de resistência, mas, no entanto 30 (trinta) assentados se dispuseram a responder ao questionário amistosamente.

Este momento da pesquisa teve como objetivo levantar as condições de vida dos agricultores, a composição familiar, o modo de produção adotado em suas propriedades, bem como, a forma de comercialização dos produtos nela produzidos, e quais destes compõe ou é a principal fonte de renda da propriedade,

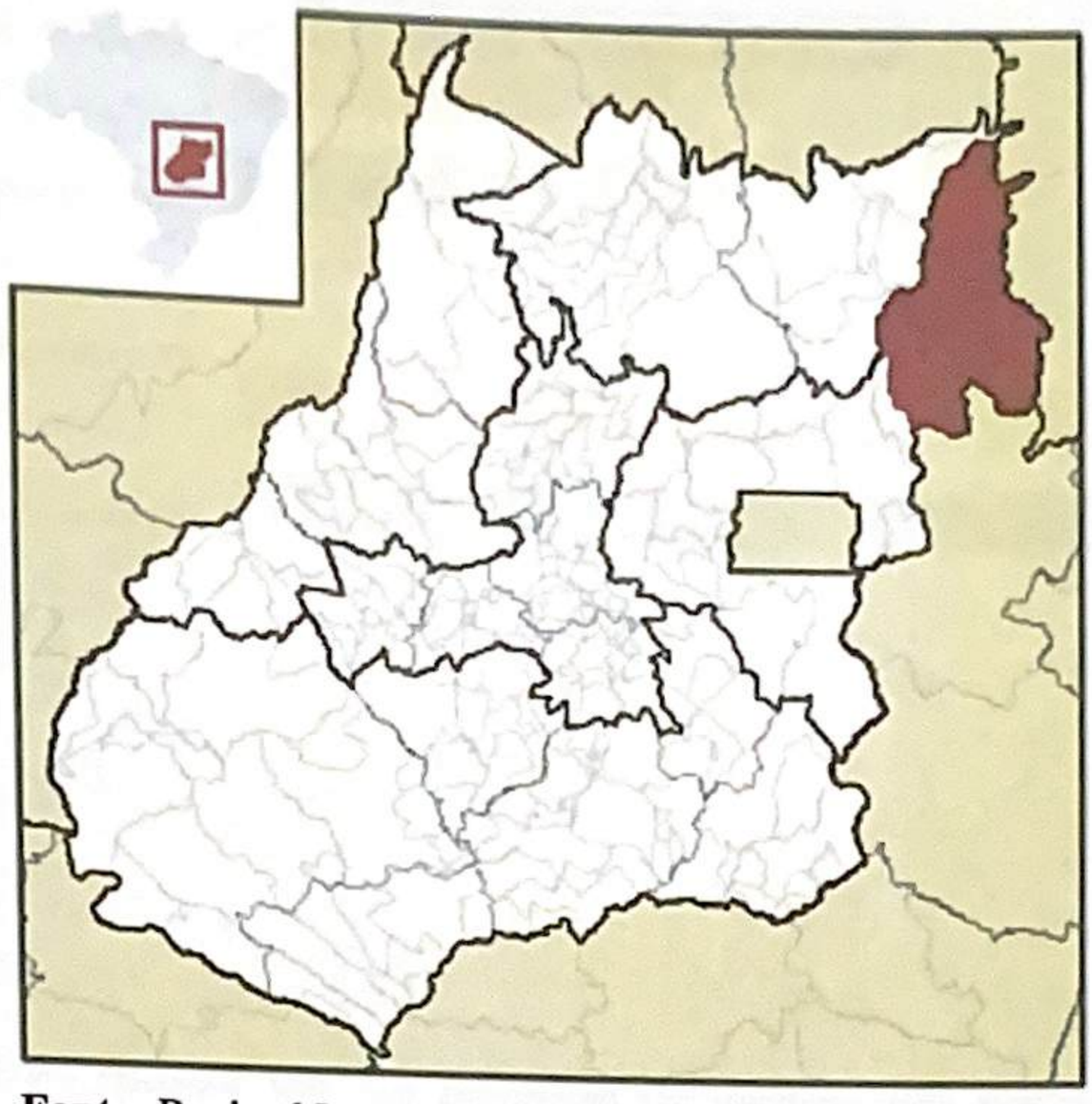
O foco, neste momento da pesquisa também era saber dos agricultores seu conhecimento sobre agroecologia e sobre a Empresa Junior, então conforme estas respostas, em um outro momento da pesquisa será confrontada, estas com as demais já obtidas com entrevistados de outros seguimentos desta pesquisa. Aqui também tiveram algumas questões onde os entrevistados assinalaram mais de um item em suas respostas conforme suas percepções.

Figura 3



Fonte: Raphael Lorenzeto - 2006

Figura 4



Fonte: Raphael Lorenzeto - 2006

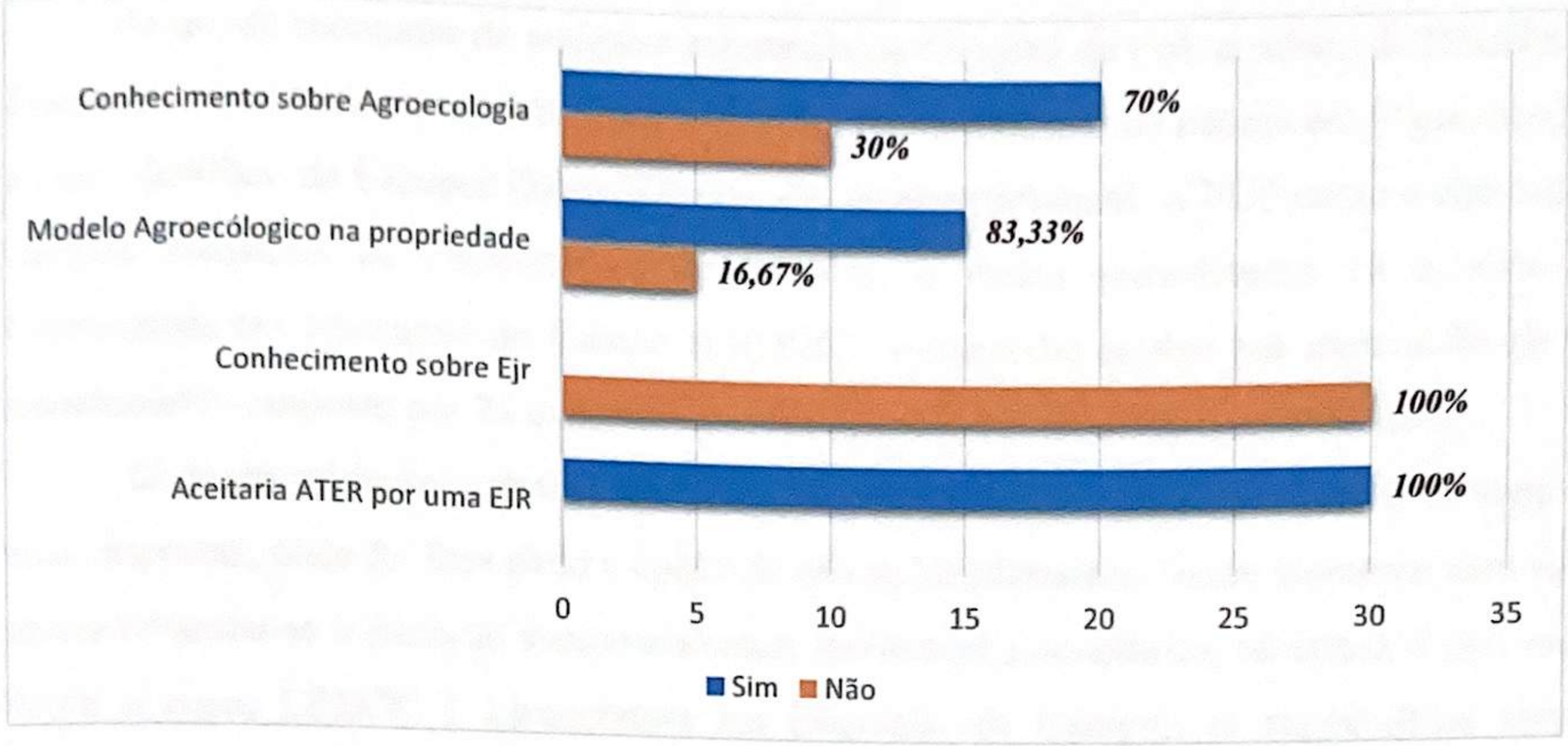
Neste momento da pesquisa foi feito um bom levantamento no questionário sobre os entrevistados a respeito de escolaridade, composição familiar, tempo de vida na área rural, número de membros na família que compõe a mão de obra na propriedade e algumas informações da mesma. Estes são fatos importantes à serem levado em conta nessa pesquisa, mas, aqui mais uma vez á de se destacar e ater ao foco principal da pesquisa que é o conhecimento da Agroecologia e sobre Empresa Junior (EJr), suas beneficies e a sua contribuição pra o desenvolvimento endógeno.

- AGROECOLOGIA

Segundo o Incra, a base para constituição de novos assentamentos é que tem que se levar em conta o caráter ambiental de cada região, bem como também deve ser levado em conta as questões socioambientais e a sustentabilidade.

Nesta seção, a pesquisa quis saber o conhecimento dos agricultores sobre a agroecologia e qual o modelo que os mesmos adotavam na propriedade, procurando distinguir, mas, levando em conta os demais modelos de agricultura sustentável como: agricultura ecológica, agricultura biodinâmica, orgânica, regenerativa, permacultura, sistemas agroflorestais, entre outros.

Gráfico 9



Fonte: Autor-2016

O demonstrativo mostra que na pesquisa de campo, nas questões que se referem à Agroecologia, 30% dos entrevistados responderam não saber o que é Agroecologia, enquanto 70% dos agricultores afirmaram ter conhecimento da Agroecologia. Além disso, a amostra diz que destes 83,33% disseram que adotar o modelo agroecológico de produção, 16,67% mesmo sabendo dos benefícios da agroecologia, disseram que adotam o modelo de produção convencional em suas propriedades.

Como indica nesses com a criação de uma empresa júnior (EJr) na agroecologia além de difundi-la trará mais visibilidade, já que para 40% maioria dos que responderam conhecer sobre agroecologia, obtiveram esse conhecimento através do televisor. Muitos dos entrevistados consideram adotar um modelo de produção agroecológico por possuir uma área de vegetação nativa em sua propriedade ou uma plantação em que não foi usado defensivos químicos.

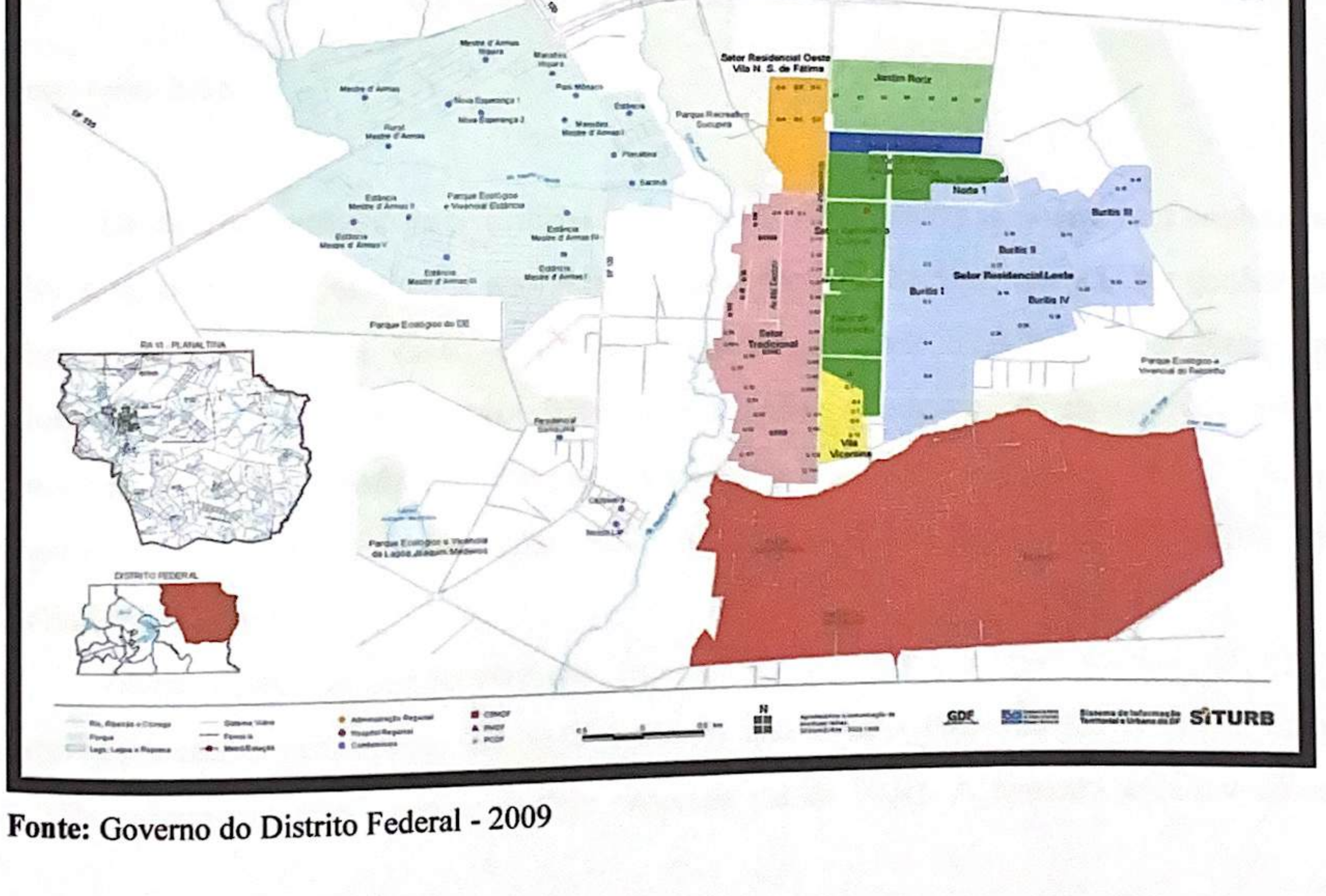
A CONAGRECO (Consultoria Junior em Agroecologia) prestará a assessoria necessária, através de uma consultoria eficaz para exemplificar corretamente a diferença entre os modelos agroecológicos e orgânicos. E é este o anseio de todos os entrevistados já que quando perguntados se aceitariam uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) feita por estudantes sobre supervisão de professores e profissionais especializados 100% disseram sim, reafirmando isso em uma outra questão, depois de explicado o que é uma empresa júnior (EJr) novamente 100% responderam sim se aceitariam ter uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) feita por uma Empresa Junior (EJr), isso, já que anteriormente 100% dos entrevistados não sabiam o que era uma Empresa Junior.

5.3.4 Quarto Momento da Pesquisa

O quarto momento da pesquisa aconteceu no Campus da Universidade de Brasília em Planaltina, situado na Área Universitária 01-Vila Nossa Senhora de Fátima em Planaltina-DF; a cerca de 40km do Campus Darcy Ribeiro, seu campus principal. A FUP como é chamado o campus Planaltina da Universidade de Brasília, lá foram entrevistados 18 cursista em Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), a entrevista se deu por intermédio de um questionário composto por 22 questões, que foi aplicado no dia 29 de março de 2016.

O questionário foi calmamente pensado, para os estudantes sentirem-se à vontade em suas respostas, onde foi lhes dado a opção de não se identificarem. Nesse momento com esses atores levantou-se a situação socioeconômica, intelectual e acadêmica, tal como, a percepção sobre o curso LEDOC (Licenciatura em Educação do Campo), as expectativas após a obtenção da graduação, bem como, o foco principal da pesquisa, que é o nível de conhecimento sobre a agroecologia e a importância de uma Empresa Junior em Agroecologia (Conagreco) no desenvolvimento das comunidades campesinas onde estes são oriundos, assim como, o conhecimento dos cursista sobre a mesma, e os possíveis benefícios educacionais e desenvolvimentistas que a Empresa Junior (EJr) poderá trazer a população campesina em geral.

Figura 5

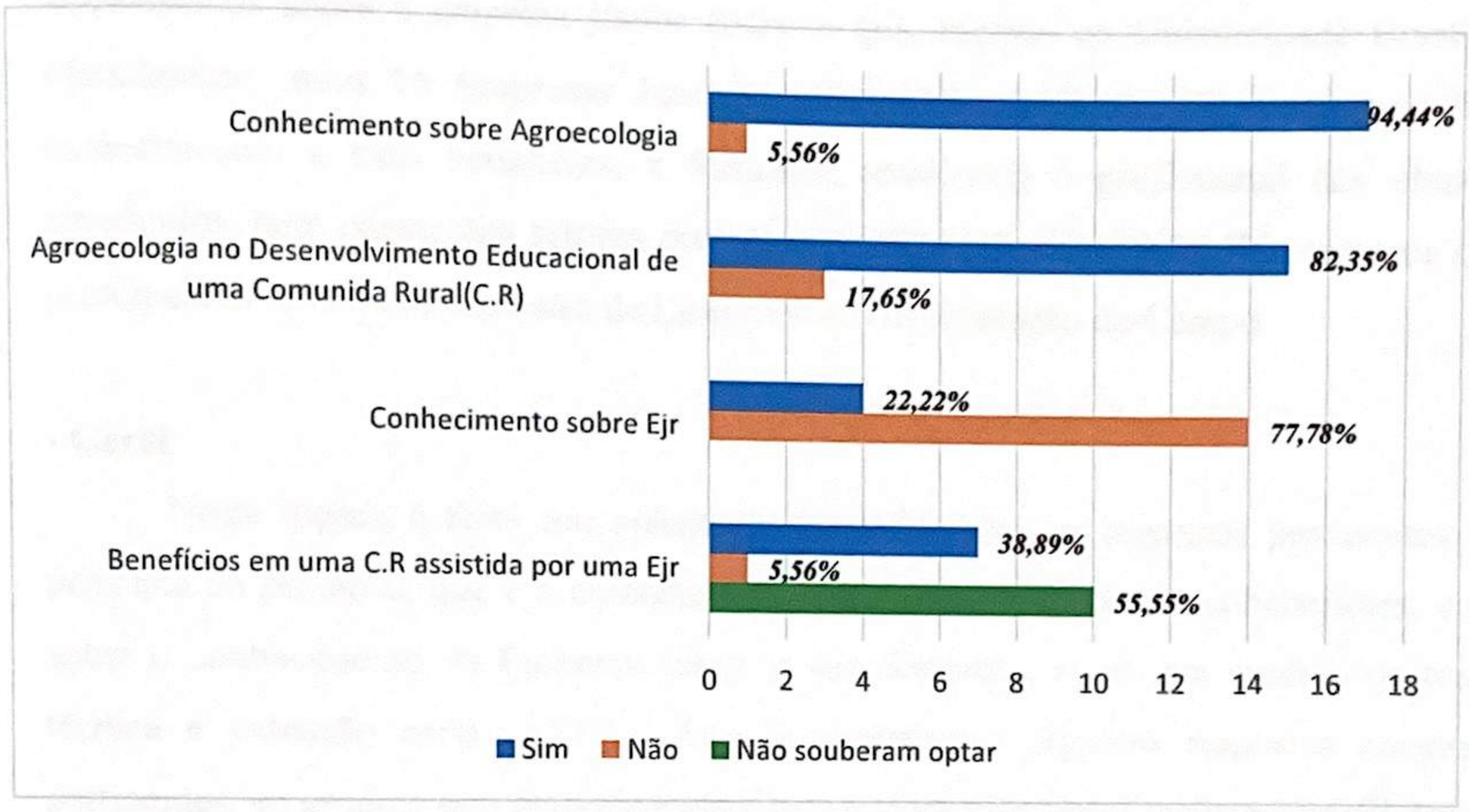


Fonte: Governo do Distrito Federal - 2009

Os cursistas de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), foram abordados por intermédio de um questionário no qual foi perguntado a etnia, faixa etária, vida educacional pregressa destes cursistas, e principalmente a visão do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) sobre a realidade e futuro após a graduação. O conhecimento sobre a agroecologia e sobre empresa júnior (EJr)

As referências ao foco principal da pesquisa quanto ao conhecimento da Agroecologia, e as beneficies que ela pode proporcionar no desenvolvimento das comunidades rurais, onde a mesma é adotada como modo de produção, e a respeito da empresa júnior (EJr) e suas contribuições educacionais.

Gráfico 10



Fonte: Autor-2016

De acordo com o demonstrativo o gráfico mostra 94,44% afirmaram ter conhecimento sobre a agroecologia, enquanto para 5,56% dos entrevistados disseram não ter conhecimento sobre o assunto. Além disso o gráfico mostra que para 82,35%, responderam que a agroecologia é um importante instrumento para alavancar o desenvolvimento das comunidades rurais, onde os futuros educadores do campo atuarão, para 17,65% dos respondentes a agroecologia não terá responsabilidade no desenvolvimento nessas comunidades rurais.

Além disso, o demonstrativo traz ainda no gráfico que apenas 22,22% dos entrevistados disseram terem conhecimento do que é uma empresa júnior (EJr), enquanto 77,78% afirmaram não conhecer sobre empresa júnior (EJr). A amostra apontou ainda que

55,55% dos entrevistados não souberam optar sobre se uma Empresa Junior de Consultoria em Agroecologia trará benefícios as comunidades rurais, 5,56% dos entrevistados disseram que uma empresa júnior (EJr) em agroecologia não trará benefício algum para as comunidades rurais de agricultura familiar, e para 38,89% dos respondentes afirmaram que a Empresa Junior trará muitos benefícios educacionais as comunidades campesinas onde ela estará inserida.

Isto indica que a amostra apontou que que a grande maioria tem o conhecimento sobre a agroecologia e que, sem sombra de dúvidas é um importante agente capaz de transformar a realidade da agricultura familiar brasileira, trazendo assim o desenvolvimento para as comunidades campesinas. A amostra também indicou o baixo conhecimento dos entrevistados sobre a empresa júnior (EJr), e que, mesmo na Universidade Brasília tendo oficialmente mais 15 Empresas Juniores constituídas, a divulgação dessa modalidade de extensionismo e suas beneficies, à formação acadêmica e profissional dos alunos nelas envolvidos, bem como, aos setores por elas atendidos, é pouco difundida entre os cursistas, principalmente entre os cursistas de Licenciatura em Educação do Campo.

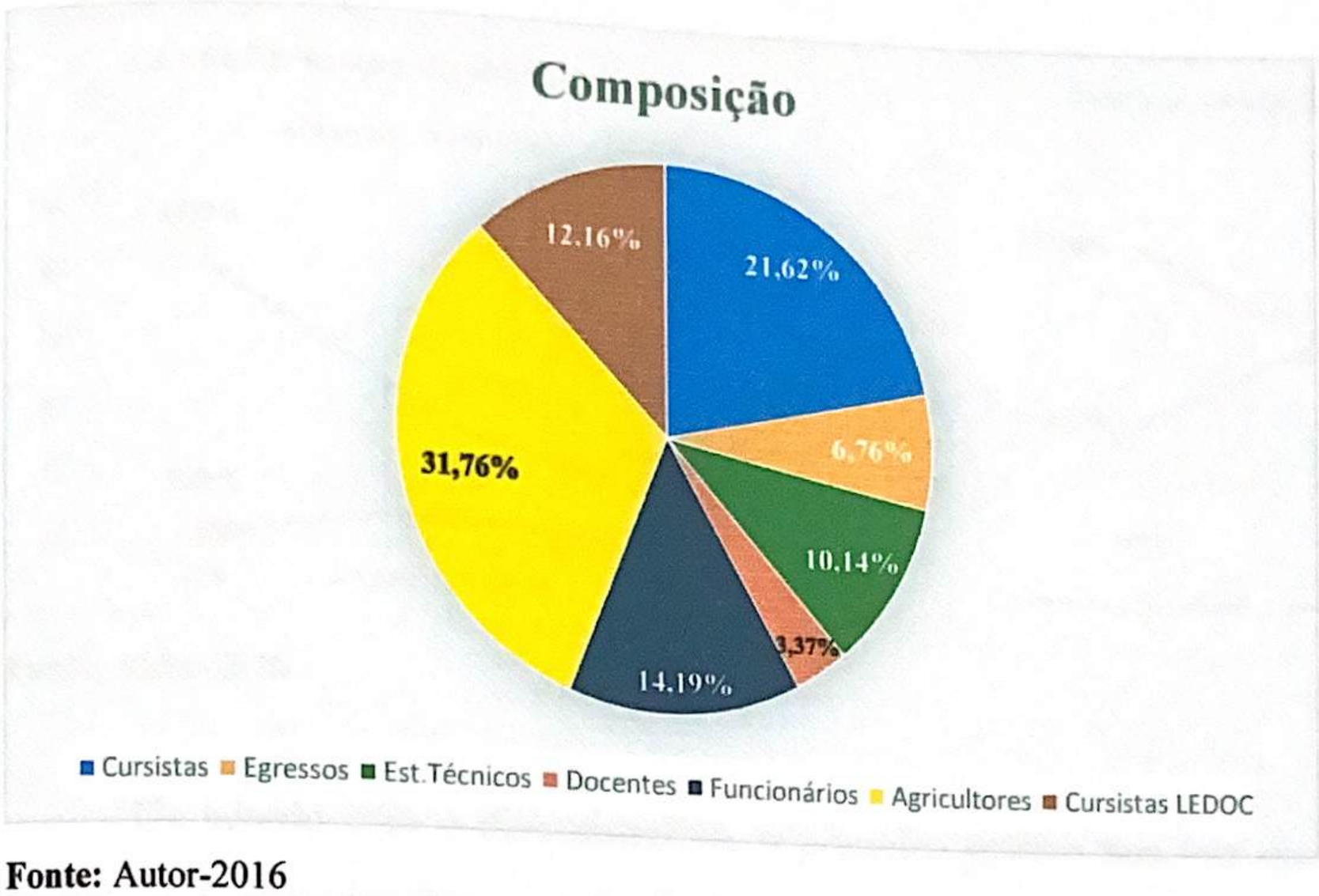
- Geral

Neste tópico é feito um apanhado geral de todas as respostas pertinentes ao foco principal da pesquisa, que é o entendimento sobre agroecologia e suas beneficies, e também sobre o conhecimento da Empresa Junior e sua aceitação, como um modelo de assistência técnica e extensão rural (ATER). Aqui é contraposto algumas respostas sempre sendo pertinentes, ao grupo a que foi perguntado, isso servirá para traçar melhor o perfil das análises em relação à pesquisa.

- COMPOSIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Apresentam-se, abaixo, todas as respostas num apanhado geral, separadas pela composição por classe de todos os entrevistados que participaram da pesquisa.

Gráfico 11



Fonte: Autor-2016

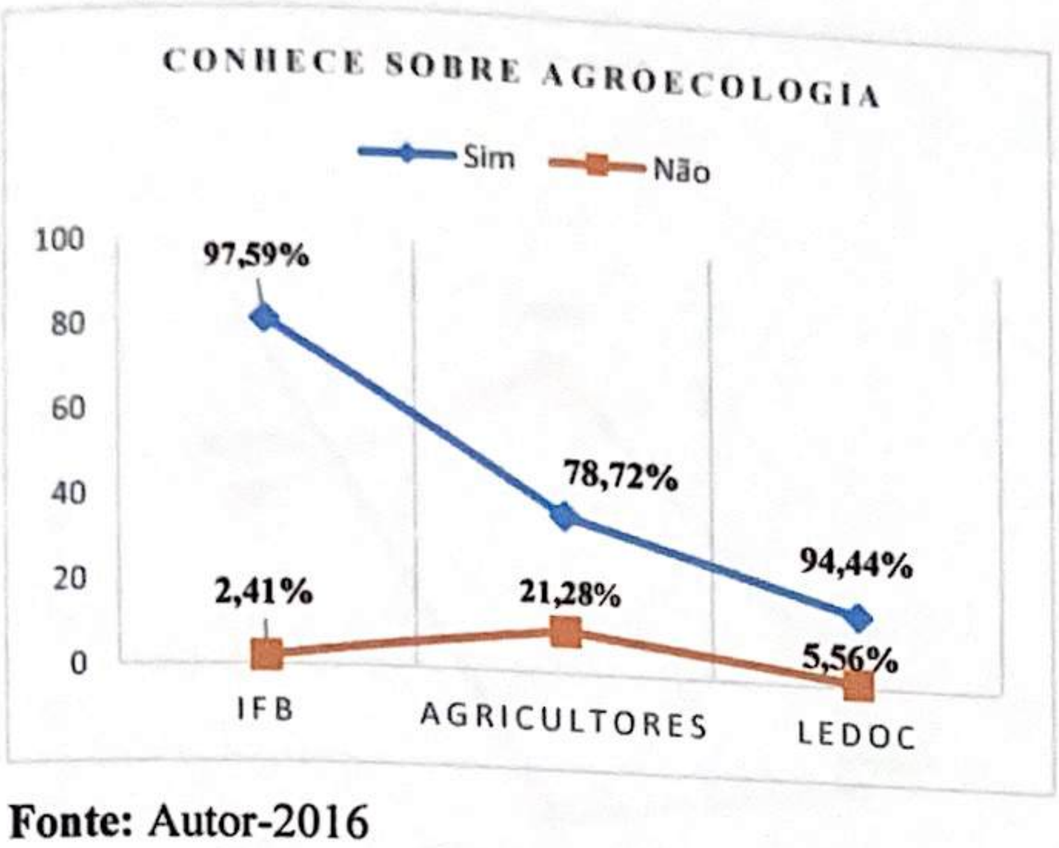
O gráfico nos traz a distribuição dos 148 entrevistados que responderam essa pesquisa 31,76% são agricultores distribuídos em dois assentamentos, como citado anteriormente. 21,62% são cursistas em agroecologia no Instituto Federal de Brasília-*Campus* Planaltina (IFB/CPLA) 6,76% são egressos do mesmo curso. 10,14% são estudantes dos demais cursos ofertados por este *campus*. 3,37% são docentes da mesma instituição. 14,19% compõe o quadro de funcionários de diversas áreas Instituto Federal de Brasília-*Campus* Planaltina (IFB/CPLA) do. E completando temos 12,16% que são cursistas em Licenciatura em Educação do campo no campus da UNB em Planaltina (FUP).

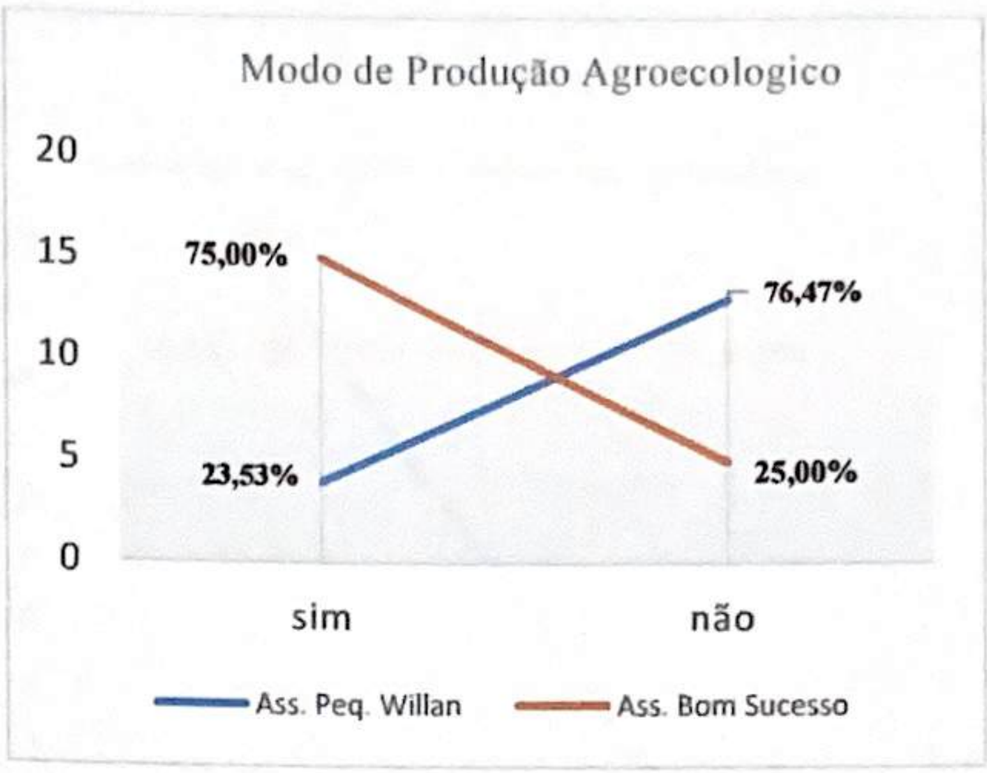
Isto indica que a pesquisa abrangeu um número satisfatório de entrevistados e a homogeneidade dos respondentes, foi importante para à composição da mesma.

- CONHECIMENTO SOBRE A AGROECOLOGIA

A agroecologia está presente na vida das diversas categorias que compõe esta pesquisa, as pessoas que participaram desta trabalham, estudam, ensinam, ou vivem no meio da agroecologia, tanto como modo de produção, paradigma social ou fonte de conhecimento.

Gráfico 12





Fonte: Autor-2016

De acordo com o demonstrativo, o primeiro gráfico nos traz que 91,22%, a imensa maioria dos entrevistados em todos cenários que foi aplicada a pesquisa, tem conhecimento sobre a agroecologia, já 8,78% dos entrevistados responderam não conhecerem sobre a agroecologia, destes 21,28% são agricultores residentes no munícipio de Flores do Goiás-GO.

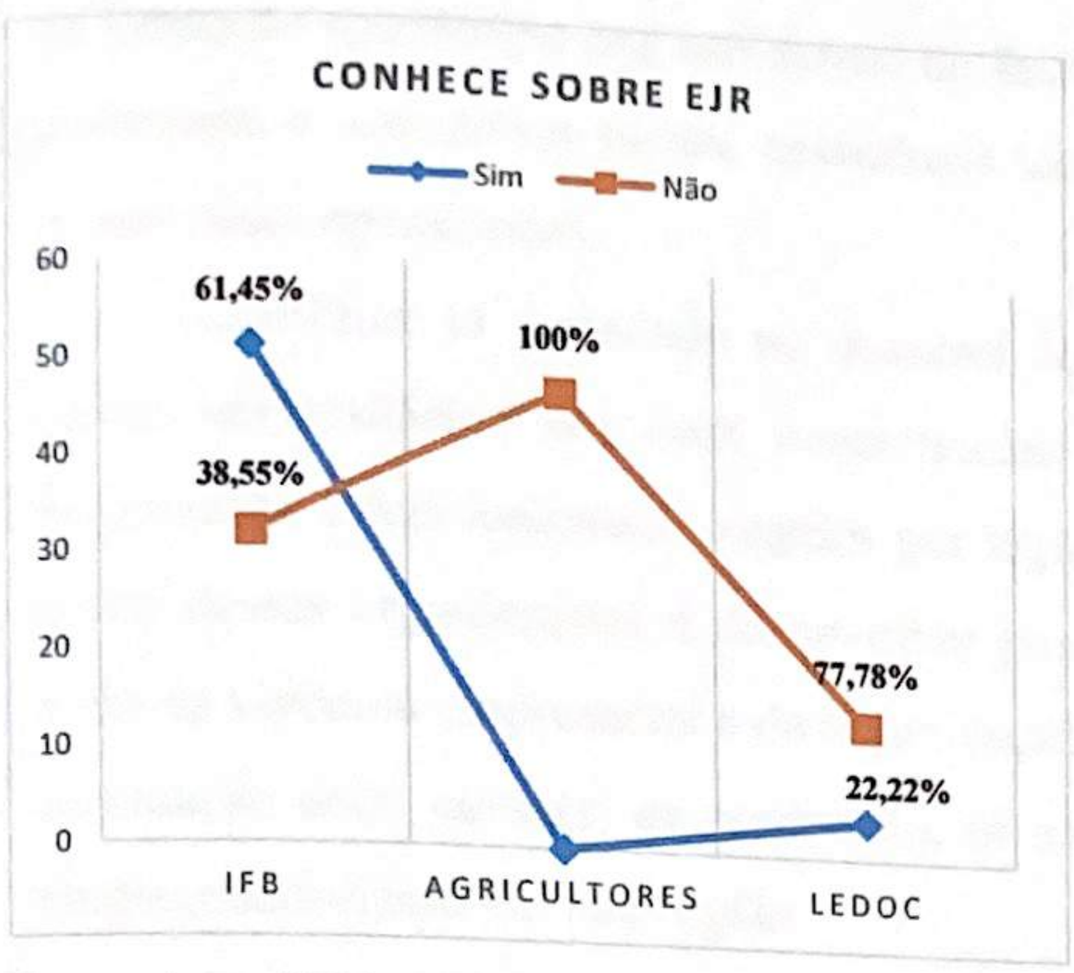
Além disso a amostragem traz, levando em conta apenas os respondentes que sinalizaram conhecer a agroecologia, que ao confrontar as respostas a qual modelo adotado nas propriedades dos agricultores, para os agricultores do Assentamento Pequeno Willian 23,53% adotam um modo de produção agroecológico, já 75% dos agricultores do Assentamento P.A Bom Sucesso I disseram adotar o mesmo modelo. Para 76,47% dos agricultores do Assentamento Pequeno Willian não tem um modo de produção agroecológico, os 25% dos respondentes do Assentamento P.A Bom Sucesso I disseram não terem em sua propriedade um modo de produção agroecológico.

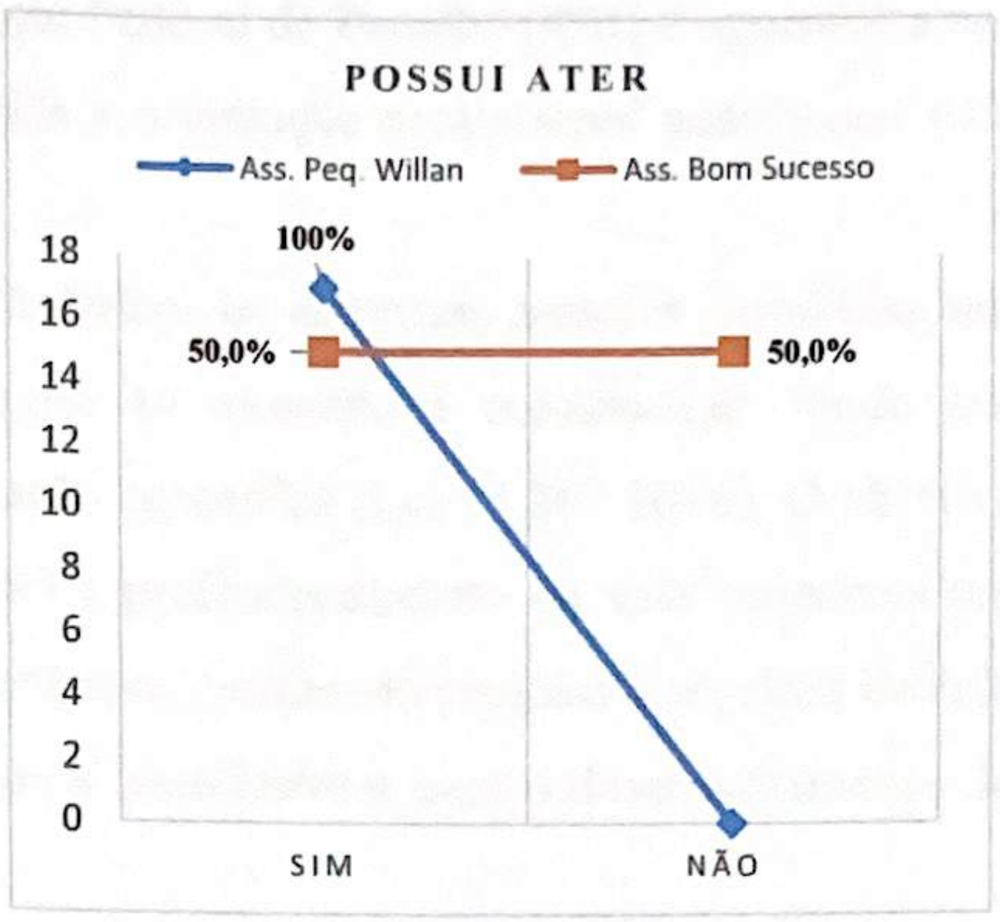
Conforme à análise do demonstrativo, indica que há uma situação antagônica entre os dois assentamentos, quando perguntado sobre o modo de produção adotado nas propriedades, a agroecologia é um fator de consenso em todos os segmentos dos entrevistados, com uma leve inclinação negativa para os agricultores do P.A Bom Sucesso I.

- CONHECIMENTO SOBRE EMPRESA JUNIOR (EJr)

Empresa Junior é um dos focos principais da pesquisa, cujo intuito foi levantar todos os conhecimentos que abrangem a constituição e funcionamento da mesma, bem como, a existência de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) nos assentamentos "Pequeno William" e P.A Bom Sucesso I. O gráfico a seguir nos apresenta de modo mais resumido, essas informações.

Gráfico 13





Fonte: Autor-2016

Através do confronto entre os dois ambientes, pode-se constatar um antagonismo entre os entrevistados do Instituto Federal de Brasília-*Campus* Planaltina (IFB/CPLA) e os estudantes em Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC – UNB), no que se refere a conhecimento de empresa júnior (EJR). Além disso, observa-se no gráfico 12, que o assentamento "Pequeno Willian" possui Assistência Técnica e Extensão Rural. Já para 50% dos entrevistados do P.A Bom Sucesso, existe uma ATER falha, morosa e pouco eficiente, outros 50% dos mesmos assentados disseram não existir assistência técnica e extensão rural (ATER) em suas propriedades.

Isso indica que os membros associados à empresa júnior (EJr), terão facilidade em colocar em prática, via consultoria, o que aprenderam e aprendem na teoria, e assim construíram seu saber e poderão também descobrir novas técnicas e implementar novas tecnologias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolveu estudo acerca da viabilidade e necessidade de implantação de uma Empresa Junior no Instituto Federal de Brasília e teve como objetivo geral mapear a possibilidade desse empreendimento no âmbito do curso de Tecnólogo em Agroecologia do campus Planaltina. Buscou-se refletir sobre a importância da empresa júnior (EJr) na formação do profissional em agroecologia e a consolidação das suas vivências nas atividades de consultoria técnica e extensão rural junto ao mercado de trabalho e as comunidades locais. Para Brasília e região do Entorno, tal projeto de empreendedorismo prevê a complementação

da formação acadêmica dos estudantes do Instituto Federal de Brasília (IFB) e oportuniza aos produtores e assentados locais, assistência técnica e orientação profissional qualificada e de menor custo operacional.

Conforme já destacado no decorrer do trabalho, as empresas juniores instaladas nos campi universitários são bem conceituadas junto ao mercado e comunidade, tendo sua organização e funcionamento regidos por legislação específica (Lei 13.267 2016). O objetivo maior dessas organizações é desenvolver pessoal e profissionalmente os seus membros por meio da vivência empresarial e da organização coletiva, realizando projetos e serviços na área de atuação do(s) curso(s) de graduação, de modo a contribuírem para o desenvolvimento do empreendedorismo em sua região.

Durante análises dos resultados, verificou-se que 88% dos cursistas entrevistados responderam ser necessária a existência de Empresa Junior no Curso Superior de Agroecologia. Dentre os docentes consultados, 100% disseram que uma Empresa Junior no curso de Agroecologia irá contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais do Distrito Federal e Entorno, possibilitando aos estudantes aliar teoria e prática curricular.

No que se refere às informações obtidas junto aos agricultores e assentados da reforma agrária, há um anseio muito forte pela existência de orientação técnica para desenvolvimento de projetos que fomentem ainda mais o seu desenvolvimento econômico, porém, na opinião dessas pessoas, ainda que não conheçam a Empresa Junior, bem como a atuação dessas nas principais demandas para obtenção desse desenvolvimento, mas acreditam na contribuição da Empresa Junior em Agroecologia na execução da política de assistência técnica e extensão rural e na adoção de estratégias que estimulem o desenvolvimento sustentável nas suas propriedades, mas, isso não é só deles e sim de todos os envolvidos no processo.

Acerca do que foi levantado na pesquisa com os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), na UNB (Universidade de Brasília), para o desenvolvimento de uma carreira profissional há necessidade de frequente capacitação e conquista de certas aptidões e habilidades específicas. Porém, diversos estudantes admitem que tal processo de consolidação de uma carreira pode também ser estimulado num ambiente de empreendedorismo júnior, onde o estudante enfrenta desafios e aprende a superá-los ainda na fase de formação laboral.

O desenvolvimento e manutenção de um ambiente de aprendizagem representado pela Conagreco (Consultoria Junior em Agroecologia) desafiará e inspirará alunos e professores a trabalharem em busca de aprimoramento e da superação técnica e acadêmica. Sendo assim, recomendamos como possibilidade a Implantação da Consultoria Junior em Agroecologia no

âmbito do IFB – CPLA (Instituto Federal de Brasília- Campus Planaltina), valendo-se da elaboração de um projeto coletivo integrado (docentes e professores), que propicie atuação junto à comunidade de produtores rurais e assentados da RA (Reforma Agrária), buscando fortalecimento da formação agroecológica e da produção sustentável na região do Distrito Federal e Entorno, com a oferta permanente de assistência técnica e extensão rural.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Politica Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde**: algumas questões para reflexão e debate.1989. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v012/politicas.pdf > acesso em: 19-09-2015.

BITTAR,Marisa.; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil**: a escola pública no processo de democratização da sociedade .2012. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4864688.pdf > acesso em: 19-09-2015.

BONFIGLIO, Regiane**. A Importância da Empresa Júnior na Formação do Profissional de Geografia.**2006. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/tcc/ 026_ aimportancia daempresajuniornaformacaodoprofissionaldegeografia_2006.pdf>- acesso em: 26-08-2015.

BRASIL, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES. Conceito Nacional de Empresa Júnior. Disponível em: http://brasiljunior.org.br/download?file=CNEJ.pdf > acesso em: 04-08-2015

BRASIL, Lei N° 11.326 de 24 de julho de 2006. Cria **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br

BRASIL, Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Estabelece a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

BRASIL, Lei N° 13.267 de 06 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

BRASIL, Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

BRASIL. Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

BUENO, Ynaiá Masse. **Transição Agroecológica Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade**. 2011. Disponível em:<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/ digital/bitstream/item/65201/1/15775.pdf > acesso 28-08-2015

CAPORAL. Francisco Roberto. (Org). **Agroecologia:** uma ciência do campo da complexidade(2009,p.27),http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf - - acesso em: 04-08-2015

CARMO,Maristela Simões do. **Agroecologia**: novos caminhos para a Agricultura Familiar. 2008. Disponível em: <http://www.dge.apta.sp.gov.br/ Publicacoes/ T&IA2/T&IAv1n2/ Artigo_Agroecologia_Novos_Caminhos_3.pdf > acesso em: 04-08-2015.

CAVALCANTI, Marília Martins.;et al. **A Contribuição da Empresa Júnior no Processo de Formação em Administração** .2009.Disponível em:< http://caepmblog.espm.br/ EVENTOS/IVSimposio/Artigos/A%20contribuicao%20da%20empresa%20junior%20no%20 processo.pdf> – acesso em: 27-08-2015

CIRQUEIRA, Jenilson Alves de. **Diagnóstico Organizacional da Empresa Júnior Unirg A/C.**2008. Disponível em:< http://www2.unirg.edu.br/cur/adm/arq/banco6p2008_2/Jenilson.pdf > acesso em: -27-08-2015.

COSTA, Everton de Brito Oliveira .; RAUBER, Pedro. **História da Educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil** ,2009. http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf > acesso em: 11-08-2012.

DANTON, Gian. **Metodologia Científica**. 2002. Disponível em: < http://pt.slideshare.net/Adenomar/livro-de-metodologia-cientfica > acesso em: 04-08-2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90** .2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/ pdf/es /v23n80/12931.pdf > acesso em: 12-8-2015.

FERREIRA, Fabiano de Jesus.; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação Do Campo**: Um Olhar Histórico, Uma Realidade Concreta. 2011. Disponível em: < http://www.unifil.br/ portal/ arquivo /publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf > acesso em: 12 – 08 – 2015.

FRANCO, Alexandre de Paula. **Ensino Superior no Brasil**: cenário, avanços e contradições.2008. Disponível em:< http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf >acesso em:06-08-2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1996. 92 p. Disponível em: <www. sabotagem.revolt.org>acesso em: 20-04-2013.

FRIEDRICH, M. et al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil:** de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GIL, Antônio Carlo. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002
IFB.**Contexto Histórico de 2008 a 2013**. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/images/ PRDI/indicadores/Contexto%20Histrico%202008%20a%202013.pdf > acesso em: 20-09-2015.
GOOGLE EARTH-MAPAS. **Http://mapas.google.com**. Consulta realizada em 20-4-2016.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al . A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia Sociologia Rural**, Brasília , v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103200320060003000002&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 26 -04- 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **www.ibge.gov.br**. Consulta realizada em 28-04-2016.

LOPES, Brenner (Sup.).; AMARAL, Jefferson Ney.; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008

LORENZETO, Raphael. **Mapas** 2006. Disponível em:< https://commons.wikimedia.org/wiki > acesso em 28-04-2016.

LOYOLA, Rodrigo Morais. **Gestão do Conhecimento em uma Empresa Júnior do Distrito Federal** 2013.Disponível em: < http://www.repositorio.uniceub.br/ bitstream/ 235/ 4997/1/208722459.pdf > acesso em: 04-8-2015.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MATTOS.;et al. **Marco Referencial em Agroecologia.**2006. Disponível em: http://www.cisguanabara.unicamp.br/redeagroecologia/arquivos/biblagroecologia/marcoreferencial.pdf > acesso em: 25-08-2015

NETO, Marcelo de Sousa. **Políticas Públicas em Educação**: Reflexões histórico sociais 2002. Disponível em: < http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/ files/eventos/ evento2002/GT.3/GT3_8_2002.pdf> acesso em: 18-09-2015.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração.2011. Disponível em: https://adm.catalao.ufg.br/ up/567/o/ Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf > acesso em: 04-08-2015.

PINTO. marialva moog. **Humanização e qualidade da Educação Superior**: limites e possibilidades das políticas de inclusão.2009.Disponível em: <file:///C:/Users/Eliana/Downloads/6636-20074-1-SM.pdf > acesso em.18-09-2015.

PORTO, Claudio.;KARLA.Régnier. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil** – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma abordagem exploratória .2003. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf > acesso em: 11-08-2015.

RAFAEL, Sandra Suely.; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. **Empresa Júnior**: uma cultura empreendedora capaz de fortalecer o elo entre universidade e comunidade. 2012. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/006-EmpresaJunior.pdf acesso em: 05-08-2015.

SANTOS, Adilson Pereira dos.; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior**: trajetória histórica e políticas recentes.2009. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1 > acesso em: 10-08-2015.

SANTOS, Magda. **A Abordagem das Políticas Públicas Educacionais para além da relação**.2012. Disponível em:< http://www.ucs.br/etc/conferencias/ index.php/anpedsul/ 9anpedsul/paper/viewFile/2046/147 > acesso em: 20-09-2015.

SAVIANI, Dermeval. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário.2008.Disponível em: < http://www.uninove.br/PDFs/ Mestrados/ Educa%C3%A7% C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf > acesso em: 06-08-2015.

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Site Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/> acesso em: 20-06-2016

SCHNECKENBERG, Marisa. **A Relação entre Política Pública de Reforma Educacional e a Gestão do Cotidiano Escolar**.2000. Disponível em: < http://emaberto. inep.gov.br / index.php/ emaberto/article/viewFile/1096/997 > acesso em:20-09-2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941.**Metodologia do trabalho científico.**21. ed. rev. e ampl. São Paulo :Gortez, 2000.

SILVA, Jorge Paiva da.; OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. **A expansão da educação superiorno Brasil:** um estudo do caso Cesnors. 2012. Disponível em: < http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2025/1790 > acesso em: 08-08-2015.

SILVA, Paulo Cezar Ribeiro da. **Empresa Júnior na Prática** . Brasília: Editora Kiron, 2012. Disponível em: http://www.introsmoveis.com.br/empresa_junior_pratica.pdf > acesso em: 04-08-20

SILVA. Caetana Juracy Rezende (Org). **Institutos Federais Lei 11.892**, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões.2009. Disponível em: https:// www.ifb.edu.br /attachments/ 4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf > acesso em: 20-09-2015.

SPELLER, Paulo(Org).; ROBL, Fabiane,.MENEGHEL, Stela Maria.Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf > acesso em: 06-08-2015.

TARÔCO, Marina.; FALCO. Alessandra de. **Apontamentos sobre a aplicação do plano de negócio na empresa júnior Mosaico Comunicação.**2014.Disponível em: < http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/6/6.pdf > acesso em: 10-09-2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso.**O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade** .2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf > acesso em: 19-09-2015.

ANEXO A – Questionários de Pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
EDSON ANTÔNIO DE OLIVEIRA

PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa tem como objetivo análise, sobre a importância da Empresa Junior, dentro do Campus do IFB Planaltina – Distrito Federal , na área de Agroecologia. Contribuindo assim, a análise referente a este contexto. A pesquisa está composta de 15 questões fechadas.

QUESTIONÁRIO

(Primeiro Momento da Pesquisa)

1-Nome:_____ Idade_____ Nº da Ficha:_____

2 – Qual a sua atividade dentro do Campo do IFB de Planaltina – DF?

( ) Estudante

( ) Funcionário

( ) Coordenador

( ) Outros.

3 – Você já ouviu falar de Empresa Junior? ( ) Sim ( ) Não

4 – Onde você ouviu falar sobre Empresa Junior?

( ) Dentro do IFB

( ) Nas universidades

( ) No meios de comunicação

( ) Outros.

5 – Qual sua opinião sobre a Empresa Junior? ( ) Boa ( ) Ruim

6 – Você acha importante das Empresas Juniores dentro, dos campi universitários?

( ) Sim ( ) Não

Por quê? _____

7 – Você acha que as Empresas Juniores podem vir a contribùir na formação dos acadêmicos?

( ) Sim ( ) Não

Porquê? _____

8 – Na sua opinião, você acha que todos os cursos de graduação superior devem ter uma Empresa Junior para contribuir na formação dos seus alunos? ( ) Sim ( ) Não

Por quê? _____

9 – Você já ouvir falar de Agroecologia? ( ) Sim ( ) Não

10 – Qual a sua visão sobre o curso de Agroecologia dentro do Campo do IFB de Planaltina?

( ) Boa ( ) Ruim

Porquê? _____

11 – Você acha que o Curso de Agroecologia necessita de uma Empresa Junior no campus do IFB de Planaltina? ( ) Sim ( ) Não

12 – Você acha que uma Empresa Junior, irá contribuir na formação dos alunos do Curso de Agroecologia do Campus do IFB de Planaltina? ( ) Sim ( ) Não

Porquê? _____

13 – Na sua opinião as Empresas Juniores possuem um perfil social, você concorda com esse perfil das Empresas Juniores? ( ) Sim ( ) Não

Por quê? _____

14 – No que se referem a Empresa Junior dentro do Curso de Agroecologia, vai contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Planaltina e do DF?

( ) Sim ( ) Não

Por quê? _____

15 – Tem alguma pergunta que eu deixe de fazer e você gostaria de falar sobre ela?

( ) Sim ( ) Não

Qual? _____

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA-*CAMPUS* PLANALTINA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
EDSON ANTÔNIO DE OLIVERIA

PESQUISA DE CAMPO
(Segundo Momento da Pesquisa)

Esta pesquisa de campo tem como objetivo analisar a importância da Empresa Junior de Consultoria em Agroecologia dentro da Comunidade Rural, em regime de Assentamento de Reforma Agrária em Pequeno Willian – Planaltina/DF. A pesquisa é composta por 15 (quinze) questões fechadas.

Nome:_____ **Idade:**_____

1. Há quanto tempo trabalha na agricultura?
a. ( ) sempre foi agricultor
b. ( ) tinha outras atividades e posteriormente se tornou agricultor
c. A quanto tempo está na agricultura? _____
d. Qual era esta outra atividade? _____

2. Quais as formas de mão-de-obra utilizadas na propriedade?
a. ( ) familiar n°___
b. ( ) contratada n°___
c. ( ) Outro___

3. Qual o tamanho da propriedade em que produz? ____ hectares.

4. Esta propriedade é:
a. ( ) Própria
b. ( ) Arrendada
c. ( ) Assentada
d. ( ) Outro: _____

5. Você mora na propriedade? ( ) Sim ( ) Não.
Outro? _____

6. Já ouviu falar em Agroecologia? ( ) Sim ( ) Não.
Onde? _____

7. O que você entende por Agroecologia?
_____

8. Trabalha com Agroecologia? Sim ( ) Não ( ). Há quanto tempo?_____

9. Qual o motivo de escolher trabalhar com Agroecologia?

_____

10. A propriedade em que você trabalha está inteiramente convertida para a Agroecologia? Sim ( ) Não( ). Como foi o processo de conversão?

_____

11. A possibilidade de aumento na renda influência na decisão de trabalhar com Agroecologia? Sim ( ) Não ( ). Por quê?

_____

12. Possui alguma Assistência Técnica em sua propriedade? Sim ( ) Não ( ).
Qual? _____

13. Gostaria de ter uma Assistência Técnica em Agroecologia? Sim ( ) Não ( )
Por quê? _____

14. Você aceitaria ter uma Assistência Técnica em Agroecologia feita por estudantes orientados por professores ou profissionais qualificados? Sim ( ) Não ( ).
Por quê? _____

15. Já vendeu produto agroecológico ou orgânico como se fosse convencional? Sim ( ) Não ( ).
Por quê? _____

16. Tem filhos? Sim ( ) Não ( ). Se "sim", gostaria que seus filhos trabalhassem ou continuassem trabalhando na agricultura ecológica?
Por quê? _____

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE FLORES/GO

Nome:_____ Idade:_____

1 - Nível de escolaridade ( ) analfabeto; ( ) 1° grau incompleto; ( ) 1° grau completo; ( ) 2° grau incompleto; ( ) 2° grau completo; ( ) 3° grau incompleto; ( ) 3° grau completo.

2 - Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) outros:_____

3 - Quantas pessoas na famílìa: _____

4 - Quanto tempo reside na área rural _____

5 - Há quanto tempo possui a propriedade? _____

a) Assentado ( )
b) Arrendada ( )
c) Posse ( )

6 - Quantas pessoas trabalham na propriedade?_____

a) Familiar:_____
b) Empregados: fixos:____ temporários:_____

7 - Faixa etária da mão-de-obra utilizada: ( ) Menor de 18 anos ( ) Entre 18 e 20 anos ( ) de 21 a 30 anos ( ) de 31 a 40 anos ( ) Entre 41 e 50 anos ( ) acima de 50 anos

8 - Os produtos usados na alimentação familiar são em sua maioria: ( ) cultivados na propriedade ( ) comprados em supermercados. Outros:_____

9 - Quais Produtos são as principais fontes de renda da sua propriedade: ( ) frutas, verduras e legumes por meio de hortas ( ) Criação de animais para consumo, carne e matrizes ( ), Fornecimento de leite ( ).

Outros:_____

10 - Para auxiliar na sua atividade rural, você tem alguma Assistência especializada?

( ) Sim ( ) Não

a) Qual? ( ) Emater ( ) Assistência técnica da UFGO, UEG ou IFGO ( ) Assistência Técnica particular ( ) Secretaria Municipal da Agricultura (Prefeitura). Outra?_____

b) Há quanto tempo? _____

11 - Gostaria de ter uma ATER especializada e mais atuante? ( ) Sim ( ) Não Porquê?_____

12 - Você participa de algum programa destinado à agricultura familiar: ( ) Sim ( ) Não. Qual? _____

a) Há quanto tempo participa deste programa? _____

b) Quais os produtos que você cultiva na propriedade e entrega? _____

13 - Exerce outra atividade a não ser rural: ( ) Sim ( ) Não. Qual: _____

a) Essa atividade é remunerada? ( ) Sim ( ) Não

b) Essa Atividade é sua principal fonte de renda? ( )Sim ( ) Não.

14 - Quais as principais dificuldades para se viver da produção rural?

_____

15 - Já ouviu falar sobre Agroecologia? ( ) Sim ( ) Não. Onde?_____

_____

16 - Se "sim", você acha que sua propriedade tem um modelo de produção Agroecológica?

( ) Sim ( ) Não. Por quê?_____

_____

17 - Você aceitaria ter uma ATER em Agroecologia feita por estudantes sob orientação de um professor ou profissional especializado? ( )Sim ( ) Não.

Por quê? _____

_____

18 - Você tem algum conhecimento sobre Empresa Junior? ( ) Sim ( ) Não. Qual?

_____

19 - Depois de esclarecido sobre Empresa Junior, você aceitaria uma ATER prestada por uma EJr? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?_____

20 - Na sua opinião o que deveria melhorar na sua localidade para sua propriedade rural se desenvolver mais e assim melhorar a sua qualidade de vida?_____

_____

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – *CAMPUS* PLANALTINA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

Agradeço por sua participação nesta pesquisa, que é parte integrante da análise sobre a Importância da Empresa Junior de Consultoria em Agroecologia desenvolvido por mim Edson Antonio de Oliveira concluinte do CST em Agroecologia para Trabalho de conclusão de Curso pelo IFB/Planaltina.

Sua participação é de extrema importância para o sucesso desta análise e em contrapartida para o êxito deste TCC.

Nome:_____ (opcional)

1. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Transgênero
2. No momento, sua idade é? ( )16-20 ( )21-30 ( ) 31-40 ( ) 41-50 ( ) acima de 50
3. Sua cor/raça: ( ) Amarela (asiática) ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena
4. Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União Estável ( ) Divorciado ( ) Viúvo
5. Você é Portador de Necessidades Especiais (PNE): ( ) Sim ( ) Não
6. Zona Rural (campo) ( ) Área Urbana (cidade) ( ) Parte do tempo na cidade/ parte no campo ( )
7. Onde você viveu a maior parte da sua adolescência até seus 18 anos? ( ) Zona Rural (campo) ( ) Área Urbana (cidade) ( ) Parte do tempo na cidade/ parte do no campo
8. Onde vive atualmente na maior parte do seu tempo? ( ) Campo ( ) Cidade
9. Em que tipo de estabelecimento de ensino você concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio? ( ) Todo em escola pública ( ) Todo em escola particular ( ) Maior parte em escola pública ( ) Maior parte em escola particular
10. Se em escola particular, era bolsista? ( ) Sim ( ) Não
11. A escola pública era: ( ) No campo ( ) Na cidade
12. Qual era o principal meio de transporte que você utilizava para chegar à escola (se no campo)? ( ) Transporte escolar ( ) Transporte coletivo ( ) A pé/carona ( ) Transporte próprio (carro, moto, bicicleta). Especifique:_____

13. Qual era o tempo que levava para este deslocamento: ( ) 5-10 minutos ( ) 11-30 minutos ( ) 31-50 minutos ( ) acima de 1 hora

14. Você é cursista de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC). Depois de formado pretende atuar no campo? ( ) Sim ( ) Não ( ) Sim, pois pretendo mudar a realidade do campo no qual vivi ( ) Não, pois esse curso superior irá impulsionar meu sucesso profissional na cidade

15. Você conhece ou já ouviu falar de Agroecologia? ( ) Sim ( ) Não

16. Conforme Caporal e Costabeber (2008, p. 8), na busca por um ambiente sustentável nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. Você acha que a Agroecologia pode ajudar a desenvolver as comunidades rurais, principalmente nas quais você irá atuar depois de ter concluído sua graduação? ( ) Sim ( ) Não.
Por quê?_____

17. Você conhece ou já ouviu fala em Empresa Junior? ( ) Sim ( ) Não

18. Conforme Tarôco e Falco (2014, p.91), o conceito de extensão universitária se refere à relação direta entre a comunidade interna de uma Instituição de Ensino Superior e a comunidade externa. Juntamente com o ensino e a pesquisa, formam os pilares da educação superior. Na sua opinião, como um futuro educador, uma EJr em Agroecologia poderá trazer benefícios na área educacional das comunidades campesinas? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?_____

19. A educação é, acima de tudo, instrumento transformador de realidades. Adotando um enfoque mais crítico quanto à educação profissional, qual a sua opinião sobre a profissionalização dos trabalhadores rurais na agricultura familiar? Você acha que o Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo ajudará na capacitação destes trabalhadores? Sim ( ) Não ( ).Por quê?_____

20. "No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais" (CALDART, 2005, p.27). Caldart (2008, p.71). A falta e inexistência de políticas públicas para fixação dos jovens no campo, fazem que haja um êxodo na área rural de futuros profissionais que poderiam vir a transformar a realidade campesina atual. Você acha que uma educação mais incisiva, voltada para essa realidade atual faz parte do curso superior de Licenciatura em Educação no Campo?
Sim ( ) Não ( ). Por quê? _____

21. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuro (BRASIL, 2004, p.37). Relembrando toda sua trajetória que o trouxe até o curso superior em Licenciatura em Educação do Campo, e analisando todas as dificuldades que passou para estar no mesmo. Ao término deste você estará preparado para ser um agente transformador desta realidade? ( ) Sim ( ) Não. Por quê? _____

22. Em sua opinião, deixei de fazer alguma pergunta que acha importante? Gostaria de acrescentar algo ou opinar sobre algum tópico em específico? ( ) Sim ( ) Não.

_____

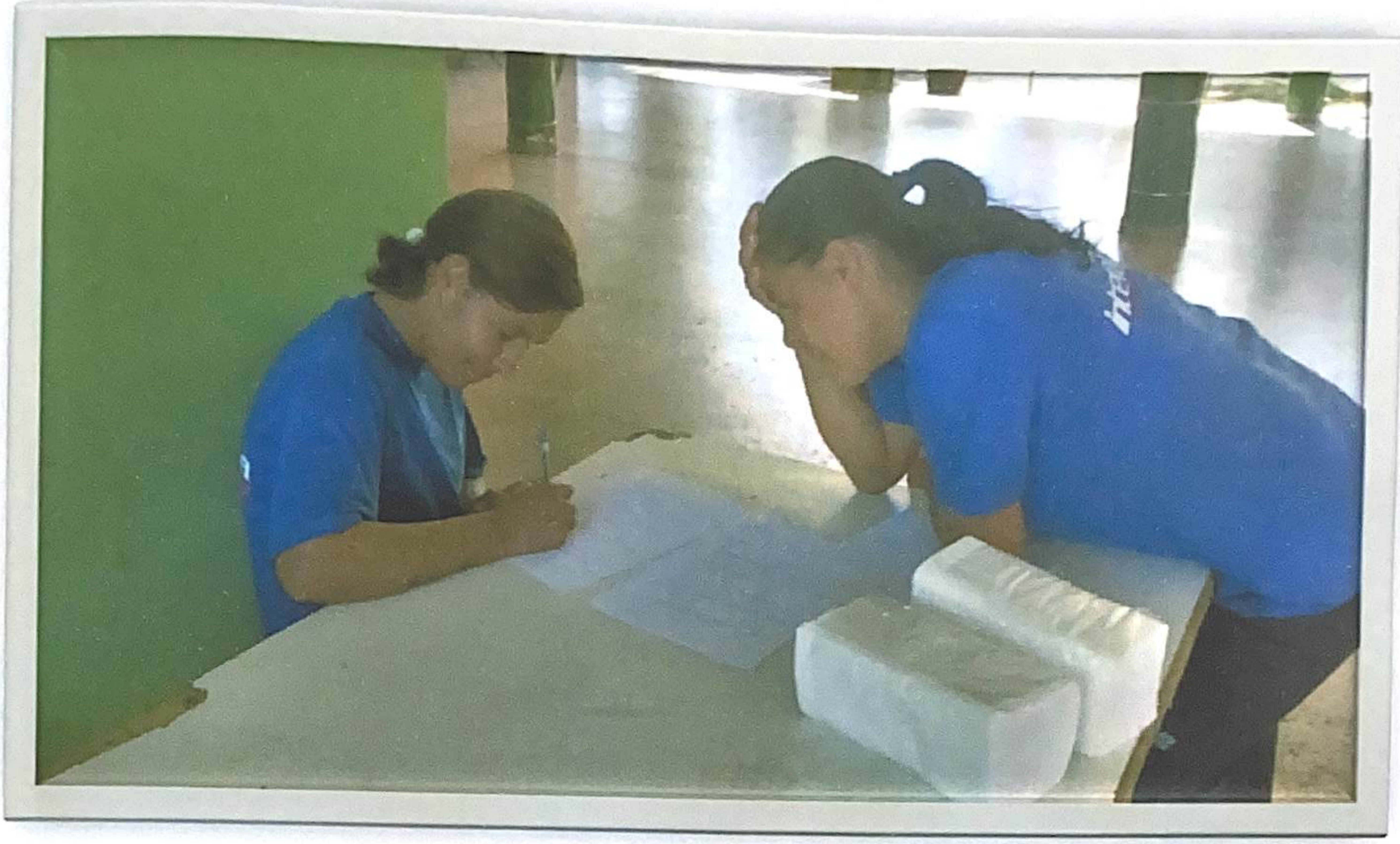
ANEXO B – Fotos -2015

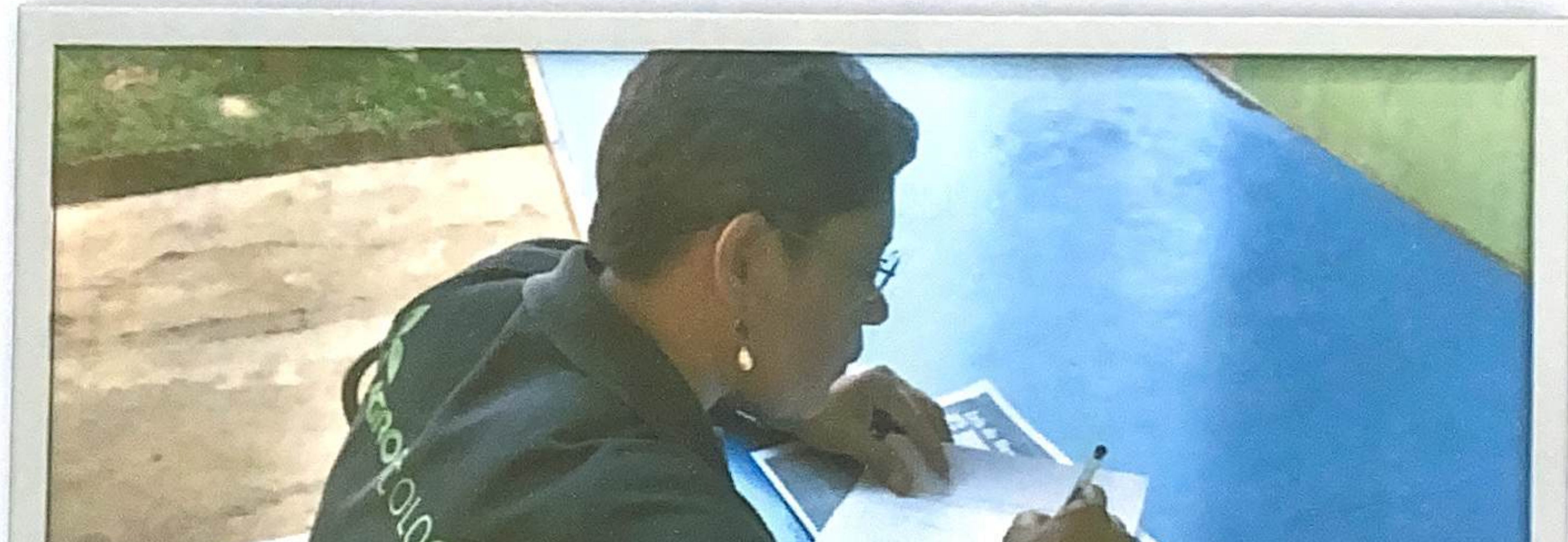
Fotos Realizadas no Campus do IFB de Planaltina – DF -2015

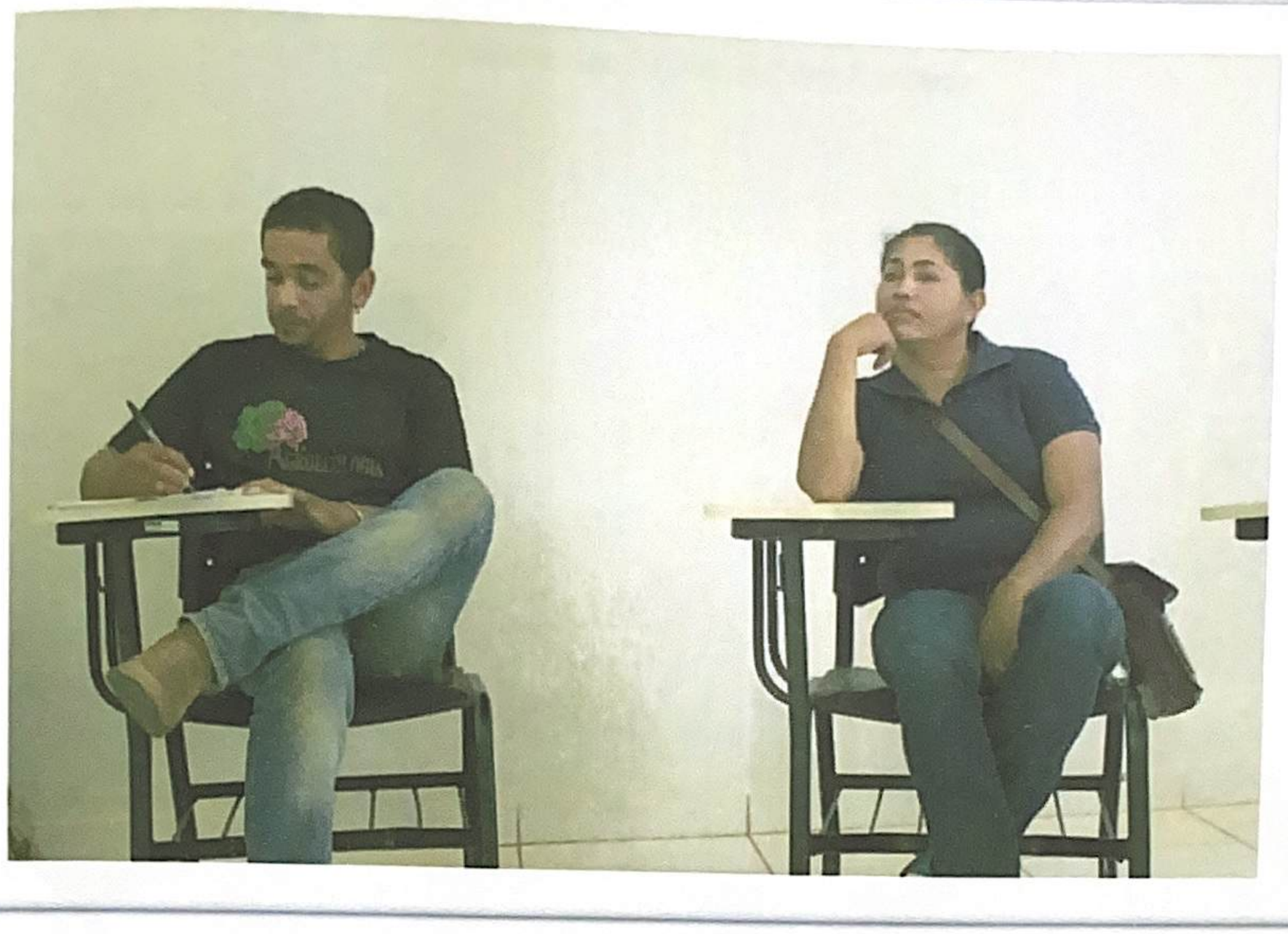
Evento Realizado em Setembro de 2015

Autoria das Fotos:
Aguinar Santos;
Edson Antonio;
Giordani Carvalho.





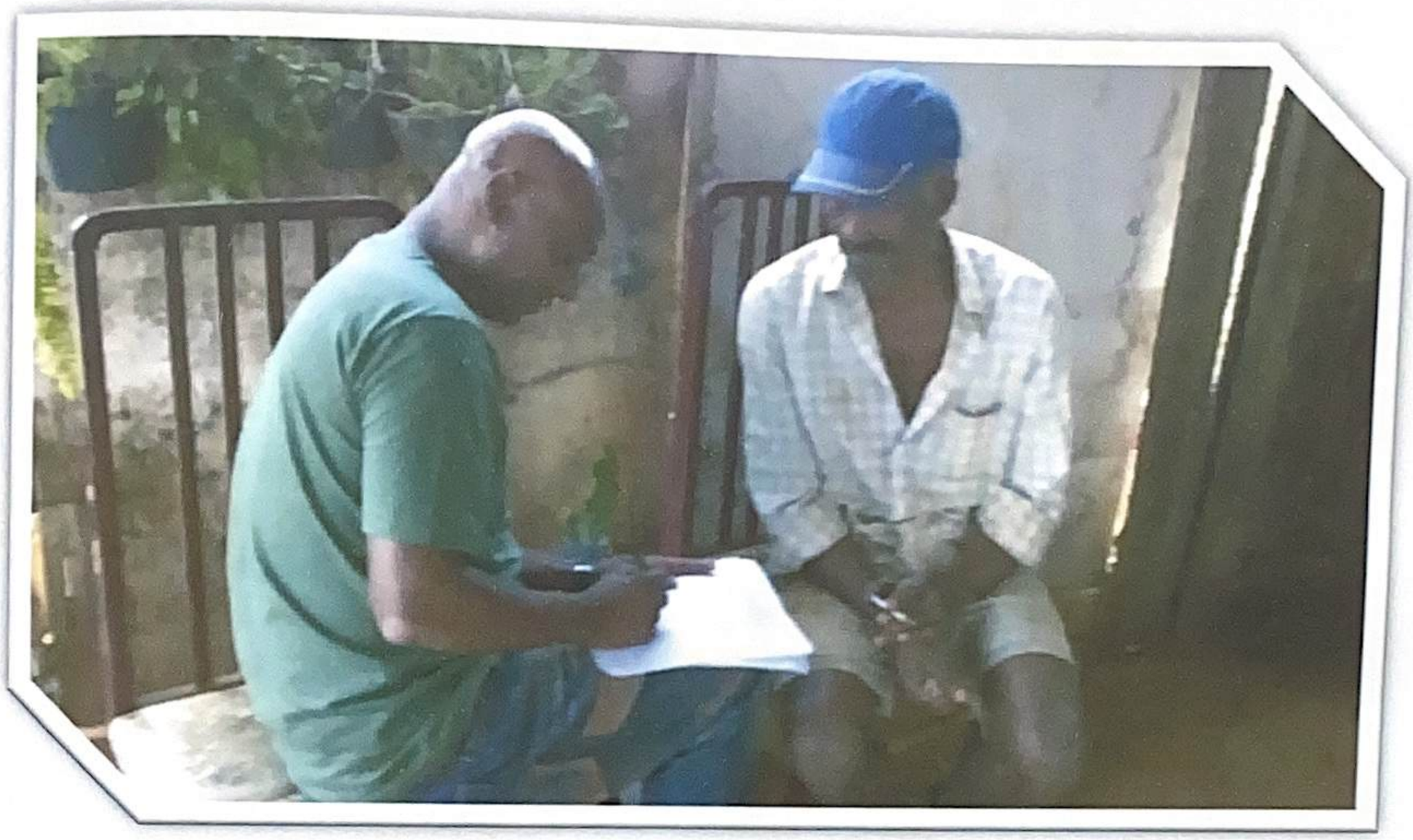





WE ARE

Fotos Realizadas no P.A Pequeno Willian em Planaltina-DF-2015

Autoria das Fotos: Edson Antonio



Fotos Realizadas no P.A Bom Sucesso I em Flores de Goiás-GO-2016

Autoria das Fotos: Edson Antonio





